



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL REALIZADA NO DIA 10 DE FEVEREIRO DE 2014

MESA: PRESIDENTE: Vítor Manuel Coelho Barros (PS).

SECRETÁRIOS: João Carlos de Oliveira Matias (PS), Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS).

HORA DE ABERTURA: 10h00m horas

PRESENCAS: Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD), José Luís Gaspar Campos (PSD), Manuel Monteiro Casais (PSD), Maria de Lurdes Pinto Figueiredo Bragança (PS), Maria Paula A. M. Carvalhas Correia dos Santos (PSD), André Tiago dos Santos Matias de Almeida (PS), António Lopes Ribeiro (PSD), Manuel Maurício Costa Botas (PS), António Augusto Ferreira Gomes (PS), Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD), José Carlos de Oliveira Duque (PS), Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), Custódio Pinheiro da Rocha (PS), Mário António de Almeida (PSD), Rui Manuel Rodrigues dos Santos Almeida (PS), José Baltazar Cardoso Correia (PS), José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Carlos Manuel Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), Manuel Cardoso Mamouros, Presidente da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres (PS), José Manuel Oliveira Lopes Moita, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), António Luís Dias Teixeira, Presidente da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PSD), António Jorge Martins de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de São Félix (PSD), José Vasco Paiva Martins, Presidente da União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio (PS), Alberto Arménio Paulino H. Almeida, Presidente da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS), António Rodrigues Ribeiro, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PS), José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD), Manuel Mouro Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS).

Esteve igualmente presente o Presidente da Câmara Municipal Vítor Manuel de Almeida Figueiredo, em representação da Câmara Municipal, e os Srs. Vereadores Francisco José de Matos, Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho, Pedro Miguel Mouro Lourenço, Adriano de Lima Gouveia Azevedo, Alda Catarina Sequeira Rodrigues e Rogério Fernandes Duarte.

LOCAL: Centro Social e Paroquial de Manhouce.

FALTAS: Pedro Miguel Pereira de Figueiredo (PSD) e José Luís Figueiral Morujão, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD) por motivos profissionais, Patrícia Alexandra Xavier de Azevedo (PSD) e Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (FVS) por motivos de saúde.



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ORDEM DE TRABALHOS

1 – Período antes da Ordem do Dia;

2 - Período de Intervenção do Público;

3 - Assuntos da Ordem do Dia:

3.1 - Análise da Informação sobre a “Atividade e Situação Financeira do Município”;

3.2 – Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Banco Local de Voluntariado – proposta de alteração das normas de funcionamento”;

3.3 – “Proposta de Regulamento Municipal de Incentivo à Natalidade”, apresentada pelo Executivo;

3.4 – “Proposta de Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes Universitários”, apresentada pelo Executivo;

3.5 – “Proposta de Regulamento para a Organização e Promoção de Percursos Pedestres”, apresentada pelo Executivo;

3.6 – “Proposta de indicação de representante da Assembleia Municipal para a comissão de acompanhamento da revisão do Plano Diretor Municipal de São Pedro do Sul”, apresentada pelo Executivo;

3.7 – “Proposta respeitante ao reforço das atribuições das juntas de freguesia, resultante da nova lei das autarquias locais”, apresentada pelo Executivo.

Correspondência recebida:

Da Câmara Municipal:

- Ofício nº 1060 datado de 29.01.2014 referente a “Pontos para OT da sessão de fevereiro”;

Publicações:

- “Ecos da Gravia” referentes aos meses de dezembro/janeiro de 2014;

Ofícios:

- Da Comunidade Intermunicipal Dão Lafões, datado de 27.12.2013, referente a “Plano de Atividades e Orçamento do exercício económico de 2014”;
- Da Associação 25 de Abril, datado de 21.01.2014, referente a “Ciclo de comemorações dos 39.º e 40.º aniversário do 25 de Abril”;
- Da Inspeção Geral das Finanças, datado de 24.01.2014, referente a “Controlo do endividamento e da situação financeira da Administração Local Autárquica – Município de São Pedro do Sul”;



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, datado de 29.01.2014, referente a “Seminário: Delegação de competências. Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro. Regime Jurídico das Autarquias locais e das Entidades Intermunicipais.”;
- De António Carvalho de Almeida Casais, datado de 29.01.2014, referente a “Pedido de Suspensão de Mandato”;
- De Anabela Santos Machado Martins, datado de 29.01.2014, referente a “Pedido de Suspensão de Mandato”;

Convites:

- Do Corpo Voluntário de Salvação Pública para “Comemorações do 89.º Aniversário”;

APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013:-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata da sessão referida em epígrafe, com dispensa da sua leitura, em virtude do texto da mesma haver sido distribuída por todos os membros da Assembleia Municipal.-----

No seguimento dos pedidos de suspensão de mandato dos deputados municipais António Carvalho de Almeida Casais e de Anabela Santos Machado Martins, foi realizada a tomada de posse dos deputados municipais em substituição: Maria de Lurdes Pinto Figueiredo Bragança e Custódio Pinheiro da Rocha. De seguida o Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura do **Período Antes da Ordem do Dia**, para discussão de assuntos de interesse local, tendo-se verificado as seguintes intervenções: o Deputado Municipal Carlos Manuel Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS) agradeceu a realização da Assembleia Municipal na sua freguesia e ao pároco pela cedência da sala do Centro Social e Paroquial. A Deputada Municipal Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD) fez a seguinte intervenção: “Querida começar por saudar o facto de estarmos aqui hoje em Manhouce, sendo a 1.ª vez que a Assembleia, neste mandato, tem uma sessão descentralizada. Na verdade é a 2.ª vez na história da Assembleia Municipal de São Pedro do Sul que ela decorre em Manhouce. Em mandato anterior já houve aqui uma sessão, aliás a 1.ª vez que a Assembleia Municipal saiu da sua sede, foi precisamente para vir à freguesia de Manhouce, numa altura em que era Presidente de Junta a Prof.ª Isabel Silvestre, e em que se debatia a questão da mini-hídrica. Foi uma jornada de trabalho muito interessante, e é curioso que simbolicamente a 1.ª vez que neste mandato a Assembleia Municipal tem uma sessão descentralizada seja precisamente nesta freguesia de Manhouce, freguesia que tem contribuído tanto para a afirmação do nome de São Pedro do Sul, não só em termos nacionais como também no mundo, porque tem tido de facto embaixadores distintos que têm sabido projetar o nome de Manhouce, o nome de São Pedro do Sul e de todas as potencialidades que existem nesta zona da serra. Como o Sr. Presidente da Assembleia Municipal já aqui hoje referiu, Manhouce pertence à serra e a serra é uma das grandes riquezas do nosso Concelho, corresponde à maior parte do território que temos em São Pedro do Sul, e a serra tem recursos endógenos fabulosos, que urge potenciar. Nós sabemos



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

todos o que temos aqui de bom, não só a paisagem, não só o ambiente, não só o ar que se respira, mas também o mel, a vitela, enfim, um conjunto de produtos que temos aqui de alta qualidade, e que se revestem de uma mais-valia para as tradições, mas tudo em conjunto tem que ser visto numa perspetiva articulada e temos aqui um enorme potencial que urge aproveitar a todos os níveis, com destaque para o potencial turístico, que nós temos que apoiar. Mas viver na serra, não tem só aspetos positivos, também tem aspetos que infelizmente se alastram mais pelo País, porque temos o envelhecimento da população, temos uma baixa taxa de natalidade, temos questões de isolamento de povoações com poucos habitantes, e portanto as condições de vida acabam por não ser aquelas que seriam desejáveis, mas é preciso olhar para a serra, é preciso pensar no desenvolvimento, mas pensar neste desenvolvimento numa perspetiva perfeitamente integrada, e não só com medidas avulsas, porque de facto viver na serra pode ser um desafio interessante que todos poderão ter um grande benefício. A vinda do CLDS para Manhouce também pode ser um sinal da importância que esta freguesia tem no desenvolvimento do próprio concelho, não só pelos projetos que pode potenciar mas também pela dinâmica criada pela presença do próprio CLDS aqui na freguesia, na medida em que pode ajudar a criar alguns postos de trabalho e a envolver a comunidade local, o que nos parece perfeitamente positivo. Mas, de facto, gostava depois que o Sr. Presidente em momento oportuno pudesse responder, a questão é que estranhámos às vezes que não sejam aproveitados os recursos humanos locais para os diversos serviços. Será que Manhouce não tem técnicos, não tem recursos humanos capazes para integrar as equipas do CLDS?. É esta a questão que deixo porque efetivamente parece-me que estes projetos devem potenciar as comunidades locais, porque é assim que se desenvolvem os territórios, aproveitando os recursos humanos e penso que Manhouce tem recursos humanos que justificam o aproveitamento da presença de um projeto deste tipo aqui na freguesia. Relativamente a Manhouce também queria dizer e agradecer ao Sr. Pároco aqui presente a disponibilidade e dar-lhe os parabéns por este equipamento que tem aqui na freguesia, porque de facto isto é a prova de que a serra tem também coisas boas e já começa a ter equipamentos e capacidade de poder executar as suas ações com outra dinâmica, com outra qualidade. Mas havia um 2.º tema que eu trazia aqui hoje, e que me parece que era importante, embora seja muito breve e que passava a ler: Foi com muita apreensão que ontem mesmo tomámos conhecimento da agressão física de que foi alvo o Sr. Presidente da Junta de Valadares, e que leva a que hoje não esteja aqui connosco. Ao que parece, tal agressão foi baseada em questões políticas, o que agrava mais o problema. No ano em que se comemoram os 40 anos da Revolução de Abril, não podemos sequer imaginar que situações como esta possam ocorrer, e como tal manifestamos a nossa mais profunda indignação relativamente a este tipo de atitudes. Contudo, ao existirem, mostram-nos o longo caminho que ainda temos que percorrer para que a vivência democrática seja uma realidade efetiva no nosso País, e em particular no nosso Concelho. Não podemos aceitar que a diferença de opiniões e o confronto de ideias deem origem a perseguições ou a qualquer tipo de agressão e/ou coação. Ao ter sido atingido um autarca, legítimo representante das populações, a situação ainda nos parece mais execrável, pois a agressão perpetrada atinge igualmente a população de Valadares, já que no âmbito do exercício da sua cidadania, elegeu o Sr. Pedro Soares para seu representante. Assim manifestamos o nosso veemente repúdio pelo sucedido e apresentamos um voto de solidariedade para com o Sr. Presidente da Junta de Valadares, no que gostaríamos de ser acompanhados pela



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

bancada do Partido Socialista que, de certeza, também não se revê nesta atitude cobarde e indigna de quem não sabe respeitar os seus semelhantes nem aceita as regras mais básicas da vivência democrática.” O Deputado Municipal André Tiago dos Santos Matias de Almeida (PS) fez a seguinte intervenção: “Agradecer desde já ao Pároco as magníficas instalações que aqui nos concedeu para fazer uma Assembleia Municipal fora da sede do concelho, o que é sempre importante, apesar das poucas pessoas presentes aqui hoje, que dá para realizar qualquer tipo de Assembleia e qualquer tipo de evento que a Câmara Municipal aqui agora e no futuro pretenda realizar. Queria também felicitar a Câmara Municipal por todo o desenvolvimento que tem tido do ponto de vista das infraestruturas internas, quero com isto dizer, as evoluções que têm sido tornadas públicas e portanto, como disse desde o início, os deputados eleitos pelo Partido Socialista terão sempre, e isso para mim é inegável, a sua opinião pessoal, a sua visão sobre as coisas, e portanto, eu irei sempre parabenizar o executivo desta Câmara Municipal que deixou de ser um executivo só socialista para passar a ser o executivo de todos os cidadãos de São Pedro do Sul, e portanto quero parabenizá-lo cada vez que isso acontecer e acusá-lo cada vez que isso não acontecer de forma veemente. Dizer também, e isto é uma nota que quero deixar aqui, muito importante, a todos os deputados municipais e a todas as pessoas que hoje nos ouvem, que foi já iniciado um contacto com 2 associações, com vista à criação do Conselho Municipal da Juventude. O Conselho Municipal da Juventude é uma coisa que a juventude socialista conseguiu e que era premente no Concelho, e portanto contamos na próxima Assembleia Municipal podermos já ter um documento, não sei se já final, sobre o que será o documento final do Conselho Municipal da Juventude em São Pedro do Sul. Além disso, espero que esta Assembleia decorra como têm decorrido todas as outras, com uma grande participação. Convidava o público que aqui está a participar porque as Assembleias Municipais e os deputados são eleitos pelo povo, para o povo e com o povo.” O Deputado Municipal José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD) apresentou duas propostas que a seguir se transcrevem: 1.^a Proposta “Venho por este meio propor ao executivo camarário o seguinte: a extração de arvoredos, no concelho de São Pedro do Sul, nomeadamente na freguesia de Sul, é uma atividade económica predominante. Esta atividade económica gera emprego e riqueza para as economias locais. Da parte dos madeireiros não tem havido o cuidado de manterem os locais públicos limpos onde fazem os estaleiros, entopem aquedutos, partem manilhas, destroem valetas, o que acaba por acarretar despesas adicionais ao erário público, neste caso Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais, em meu entender porque talvez exista uma lacuna na Lei. O que eu venho aqui propor não é mais um imposto para esta importante atividade no nosso Concelho, mas uma caução que ficaria como garantia, por manter limpo e cuidado o espaço público. Todos os madeireiros que pretendam utilizar o espaço público para depósito de madeira, solicitam ao Município essa autorização deixando uma caução e quando acabarem os trabalhos iria alguém ao local fiscalizar o espaço e a caução era devolvida ou retida para reparação dos estragos.” 2.^a Proposta “Neste ano de 2014, faz 10 anos que foram constituídas as 5 equipas de Sapadores Florestais do Concelho de São Pedro do Sul. Foram sem dúvida uma mais-valia para o Concelho, pelo serviço de Proteção Civil que prestam às populações, pela manutenção da rede viária rural, pela silvicultura preventiva em áreas baldias e particulares, pela vigilância, deteção, 1.^a intervenção no combate a incêndios florestais, rescaldo e pelos 25 postos de trabalho criados. As entidades gestoras das mesmas, têm feito um esforço



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

financeiro muito grande para as manterem em funcionamento, devido às alterações de financiamento, à conjuntura atual, pois as mesmas têm que se autofinanciar, prestando serviços a particulares, trabalho esse que tem diminuído significativamente, existe a necessidade de substituir equipamentos mecânicos e manuais, os equipamentos de proteção individual, bem como as manutenções da viatura e kit da 1.ª intervenção. O apoio financeiro, solicitado ao Município de São Pedro do Sul, em 13.01.2014, foi contrapartida de serviços prestados da competência da Câmara Municipal, no sentido de podermos continuar a manter as equipas de Sapadores Florestais. Da parte do Município, não houve o mínimo esforço, para arranjar uma solução para este problema, assim solicito para que novamente reconsidere esta situação de que V. Exa.ª é bem conhecedor, devido à importância que o mesmo tem para este Concelho com uma área florestal extensa.” O Deputado Municipal António Jorge Martins de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de São Félix (PSD) fez a seguinte intervenção: “A minha intervenção prende-se com o facto da Junta de Freguesia de São Félix ter remetido vários ofícios à Câmara Municipal e, em abono da verdade, há que dizê-lo que, numa 1.ª fase, os ofícios tinham resposta, mas a partir da entrada do novo ano, a resposta aos mesmos ofícios deixou de existir. Porque me parece estar em causa a segurança e bem das pessoas e a título de exemplo gostava de dar um exemplo que aconteceu que foi o seguinte: mandámos um ofício para a Câmara Municipal sobre a Estrada Municipal que liga São Félix a Sul, no cruzamento que corta para Sacados sobre um talude que suporta a estrada que desabou há cerca de 2 meses e do qual ainda não obtivemos resposta. Será que se algo acontecer neste sítio, quem será responsável? Não esquecer que as condições meteorológicas destes últimos dias podem ter fragilizado ainda mais a situação. Compreende-se que esta situação não tenha resposta? A falta de resposta a estes ofícios pode pôr em causa a segurança de bens e pessoas. Mediante esta situação e porque mais casos possam surgir no futuro, gostaria de perguntar ao Sr. Presidente da Câmara, se a ausência de resposta aos ofícios é um procedimento para continuar. Convém não esquecer que a responsabilidade de qualquer junta ou qualquer câmara é de dar resposta às pessoas, independentemente da sua cor política. Assim, pergunto ao Sr. Presidente da Câmara também se a intervenção na estrada que liga São Félix a Vila Nova se é uma estrada para fazer, uma vez que o Sr. Presidente da Câmara se comprometeu individualmente com as pessoas, e também fazia parte do compromisso eleitoral. Pergunto também se os ramais de funcionamento se são para continuar na povoação de Sacados e se a reestruturação da estrada será uma realidade. Para finalizar a minha intervenção, fiquei a saber por ofício que a Câmara Municipal vai vender um terreno na freguesia de São Félix, sei que o fazem tendo em conta os trâmites legais, mas não posso deixar de dizer que se as Juntas de Freguesia fossem avisadas, podiam ter um papel mais ativo, como por exemplo o terreno tem as pessoas que são limites a esse terreno, e nós podíamos avisar essas pessoas para os vender, ou então pessoas que não estão na freguesia, tínhamos mais tempo para as avisar. Mas quanto à venda gostava de dizer o seguinte: penso que era de justiça evidente que o valor da venda dos terrenos e das escolas, deveriam ser aplicados nas freguesias de onde estes terrenos fazem parte, penso que era de elementar justiça, pois a título exemplificativo, certamente que ninguém em Manhouce compreenderá que a venda da sua escola ou algum terreno reverta a favor de qualquer variante na cidade.” O Deputado Municipal José Luís Gaspar Campos (PSD) fez a seguinte intervenção: “A razão que me traz a esta tribuna é precisamente na sequência de uma reunião havida na semana passada, acerca da Reserva



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cinegética Concelhia, Reunião essa que teve por objetivo nomear 3 elementos dos órgãos sociais dessas mesmas reservas cinegéticas, para serem o elo de ligação entre a autoridade florestal e a Câmara. Essa reunião decorreu nos trâmites normais, presidida pelo Sr. Vereador Francisco Matos, mas foi mais frutífera dado que no período que antecedeu a reunião, entre todos os presentes chegámos à conclusão que seria muito mais interessante, em conta de existirem um conjunto de capelinhas, e chamo capelinhas às áreas cinegéticas que fazem parte das freguesias, alargar-se tudo isso para termos uma Reserva Cinegética de índole municipal, concelhia. Por todos foi assumido, e da minha parte houve o compromisso para colocar junto do Presidente da Câmara essa proposta de recomendação, para num futuro próximo podermos agendar uma reunião e estabelecermos determinados princípios em que fossem desagregadas todas aquelas capelinhas que eu chamo, porque toda a área cinegética tem um espaço físico só de freguesia com todos os problemas existentes, na gestão dessas mesmas áreas, e fazemos daquela pedra que se poderia desmontar dessas mesmas capelinhas, e fazer de facto um verdadeiro Templo de Diana. Esse seria muito mais importante, muito mais lógico, muito mais apreciável pelos caçadores locais. O que eu propunha ao Presidente era ter uma reunião com os órgãos sociais das diferentes reservas municipais de índole de freguesia e que se desmoronasse todas aquelas capelas e fazer-se uma reserva alargada. Os objetivos depois serão definidos nessa reunião. Alerto só para as vantagens disto, podendo promover-se o turismo cinegético, que é uma realidade no nosso País, e porque não pensar seriamente, conforme se fala da Mostra Gastronómica da Vitela, porque não uma Mostra Gastronómica de Caça.” A Deputada Municipal Maria Paula A. M. Carvalhas Correia dos Santos (PSD) questionou o executivo acerca das anomalias verificadas no fornecimento de refeições aos jardins-de-infância e escolas de 1.º ciclo, no que diz respeito à qualidade e aos transportes, pedindo esclarecimentos acerca do ponto de situação do estudo e acompanhamento que a Câmara Municipal tem feito à empresa de fornecimento de refeições. O Deputado Municipal Mário António de Almeida (PSD) afirmou que repudiava a agressão ao Presidente da Junta de Freguesia de Valadares e que acreditava que toda a Assembleia Municipal também o fazia, e que acreditava que não teria motivações políticas. Questionou ainda o Presidente da Câmara acerca de que forma é que o envolvimento dos Bombeiros da Cidade nas Festas da Cidade iria ser feito e se esse envolvimento se alargava a todas as Associações de Bombeiros do Concelho. O Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD) questionou o executivo acerca do ponto de situação da criação de um Gabinete de Apoio ao Agricultor, como vai ser o funcionamento do mesmo e quais os seus intervenientes. Recomendou que este Gabinete deve ser muito bem articulado com as organizações associativas e cooperativas. Referiu ainda que, na venda de património escolar, e reforçando a ideia do Presidente da Junta de Freguesia de São Félix, a população das freguesias deveria ser consultada, assim como as próprias Juntas de Freguesia, e que o resultado da venda desse património deve ficar na aldeia.” O Presidente da Câmara Municipal respondeu às questões colocadas com a seguinte intervenção: “Começando por aquilo que a Câmara Municipal prevê para a Freguesia de Manhouce, primeiro que tudo foi a aposta ganha com o CLDS+. O CLDS+ foi uma aposta com a qual se conseguiu lançar o nome de Manhouce ao nível da Segurança Social, e estamos a falar de verbas de milhares de euros. É claro que essas verbas não vão ficar todas em Manhouce, mas poderá certamente alguma dessa verba ser canalizada e beneficiar o centro Social de Manhouce. De forma que o CLDS+ foi uma aposta ganha, para o Centro Social



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de Manhouce e para a Freguesia de Manhouce. Outro assunto de que queremos falar é do muro da Bondança. Estão aqui pessoas da Bondança, e é uma questão que nós vamos concretizar em conjunto com a Junta de Freguesia, porque só conseguimos fazer estas coisas geralmente com as Juntas, e o Carlos Laranjeira disponibilizou-se para ajudar e por isso o muro da Bondança poderá ser uma realidade logo que o tempo comece a melhorar um pouco. Depois, também vos queria realçar, e fiquei muito satisfeito com aquilo que tenho visto em Manhouce, que é o facto das ruas se encontrarem completamente limpas, coisa que já não se via há algum tempo. Outra ação que queremos realizar em Manhouce é a melhoria da Ponte do Sequeiro. Como sabem foi feita a estrada da Ponte do Sequeiro para lá e as pessoas quando chegam, ela tem um declive e muitas das vezes os carros batem por baixo. De forma que também queremos ver se efetivamos essa construção, provavelmente ainda antes do Verão. Depois também vos queria dizer, também como notícia em 1.ª mão, que tencionamos concretizar no Concelho de São Pedro do Sul, e vai-se iniciar em Manhouce, novamente a exploração de resina. Desde que haja compartes aqui em Manhouce, ou desde que haja proprietários interessados, nós poderemos iniciar novamente a exploração de resina aqui na freguesia de Manhouce. E porque havia outro problema aqui na freguesia, que era a questão das telecomunicações, sabem perfeitamente que não há aqui redes de telemóveis, e com a ajuda da Junta de Freguesia iremos ter aqui a Vodafone com uma antena instalada a muito curto prazo. E depois também queria referir o seguinte, a questão da água, que é uma questão que vos afeta muito e principalmente no verão: Manhouce é uma freguesia que quando chega os meses de verão triplica a população, e pensamos realmente melhorar essa exploração da água para Manhouce. Não considerem isto como promessa, mas pelo menos queremos melhorar em muito aquilo que tem acontecido até agora. Agora respondendo aos Deputados Municipais que fizeram as suas intervenções, e algumas das quais com muita hipocrisia. Começou-se por falar na questão do CLDS+, que os funcionários não seriam cá de Manhouce. Pois não, é que por exemplo aqui em Manhouce nós andámos à procura e não conseguimos encontrar nenhum economista nem nenhum gestor que pudesse fazer parte dessa rede. O próprio Centro Social precisou de um assistente social e teve que ir a Viseu buscar um. É que infelizmente os nossos meios rurais não têm os técnicos que nós precisamos. Como Gestor de Projeto, como pode calcular, também não é qualquer pessoa que serve, e tivemos problemas em encontrar, Animador Cultural, também não é fácil encontrar animadores em qualquer lado. De forma que, mais do que dizermos que tem de ser de cá, pois nós gostaríamos e eu cheguei a falar com o Sr. Padre uma determinada altura se ele me arranjava aqui um gestor ou um economista, cheguei a perguntar ao Presidente da Junta se arranjava cá alguém, e a verdade é que não é fácil arranjar determinados técnicos de determinadas áreas, provavelmente haverá por aí muitos enfermeiros, muitos professores, mas não serão esses que são necessários. Também não há cá nenhum Eng.º Agrónomo, e nesse projeto é uma área que nós queremos defender, que é essencialmente a parte da agricultura. De forma que não é fácil como pode calcular. Depois também falou na agressão do Presidente da Junta Pedro Soares, que tinha sido uma perseguição política, queria-lhe dizer, e por acaso preocupei-me em saber antes de vir para cá quais foram realmente os motivos, que os motivos não têm nada a ver com perseguições políticas. O que acontece é que as pessoas para além de serem presidentes de junta, presidentes de câmara ou deputados da Assembleia Municipal são cidadãos, e enquanto cidadãos podem ter problemas de vizinhança. E aquilo que me contaram é que foi um problema de vizinhança e não



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

problemas políticos, foram problemas de carros mal estacionados, palavra puxa palavra e atrás da palavra vem o soco. Não me digam que posso concordar com isso, não é isso que está em causa. É claro que não concordo, nem em relação a ele nem a relação a ninguém. Agora a Sra. Deputada tentou trazer para aqui a situação como se fosse perseguição política e não tem nada a ver com isso, pelas informações que eu tenho. De forma que se vem tentar trazer alguma coisa à votação, penso que não se justifica estar a fazer votação nenhuma porque não será esse o motivo. Se fosse um motivo político concordaria. O José Pedro de Sul sabe tão bem como eu quais são os problemas dos sapadores florestais, e eu recordo-me de há muitos anos atrás termos feito uma reunião em São Félix no sentido de fazermos com que a Câmara Municipal pudesse ajudar as equipas de sapadores florestais. A verdade é que depois dessa reunião, e já passaram muitos anos, não vi o José Pedro preocupado em que a Câmara Municipal pudesse ajudar as equipas de Sapadores Florestais. Agora com a Câmara Municipal que está em funções há 3 meses já quer que assuma compromissos. E digo-lhe mais, devia saber que para se assumirem compromissos sobre isso é preciso que haja fundos positivos, fundos financeiros, e sabe que a Câmara Municipal recebeu fundos negativos superiores a 3 milhões de euros, e eu tenho falado em 3 milhões, mas a verdade é que se aproxima de 3 milhões e meio. De forma como é que quer que a Câmara Municipal vá assumir compromissos no que diz respeito a Sapadores Florestais se a Câmara Municipal neste momento tem fundos negativos. E para quem não sabe o que são fundos negativos eu passo a explicar porque há muita gente que ainda não percebeu isso, e muitas vezes alguns presidentes de junta continuam a insistir a pedir determinadas obras e não têm bem consciência daquilo que está em causa: com a Lei dos Compromissos e com a adesão da Câmara Municipal ao PAEL assumiu determinados compromissos com o Estado e o que acontece é que quando em outubro do ano passado nós assumimos funções a Câmara Municipal recebeu fundos negativos superiores a 3 milhões de euros, além de uma dívida à volta de 26 milhões de euros. Isso significa que, numa situação normal, no dia seguinte a Câmara Municipal devia fechar as portas e ter as portas fechadas até ter pago estes 3 milhões de euros. É claro que isto não é possível, porque nós temos funcionários, e temos que ocupar esses mesmos funcionários, e é claro que aquelas despesas que são imprescindíveis, nomeadamente blocos, cimentos, tudo o que diga respeito a construção civil são necessários, pois as pessoas têm que ir trabalhando, mas isso não invalida que a Câmara Municipal não possa vir a correr riscos com essas compras. É claro que é preciso justificar essas coisas muito bem, tem que ser através de justificação e a Câmara Municipal, tudo o que seja para cima daquelas obras que sejam realmente necessárias, não pode fazer mais nada, e depois vêm para aqui exigir-me mundos e fundos, exigir coisas apesar de sabermos que estamos há 3 meses na Câmara Municipal e parece que andam aqui a exigir coisas como se já estivéssemos há muito tempo. No que diz respeito à caução para madeireiros e o regulamento é uma questão que realmente se pode ver, penso que o José Pedro nesse aspeto tem razão, é uma questão que se pode ver a nível regulamentar. O Presidente da Junta de São Félix falou em vários ofícios sem resposta. Se há questão que nós fazemos nesta Câmara Municipal é responder a praticamente tudo, a todos os ofícios que nos chegam às mãos e posso dizer-vos que esta prática nunca aconteceu na anterior Câmara, pois 90 e tal por cento de ofícios que entravam na Câmara Municipal não tinham resposta. E agora porque há 2 ou 3 ofícios que ainda não tiveram resposta desde janeiro, estamos em fevereiro, estão aqui aflitos e esquecem-se que eles, enquanto presidentes de junta, antes, não tiveram



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

resposta a nenhum ofício, praticamente a nenhum. Depois, quanto à Estrada Municipal São Félix-Sul, o muro que desabou há 2 meses. Sr. Presidente da Junta, como esse muro temos nós neste momento largas dezenas de muros que também desabaram nos últimos meses. E posso-lhe dizer que temos uma equipa para fazer muros, pois não havendo fundos não podemos contratar fora da Câmara Municipal, e têm que ser os nossos funcionários a fazer os muros. Posso-lhe dizer que já foi feito um muro no Sobral, um em Figueiredo de Alva, e que neste momento se anda a fazer um muro grande na Amoreira de Sul. Sabe porquê? Porque já caiu metade da estrada e nós temos que estabelecer prioridades. E digo-lhe que a seguir ao muro de Amoreira de Sul ainda não vai ser o muro de São Félix que vai ser feito, ainda vai ser feito um em Mosteirinho primeiro, e provavelmente outro em Covelas, porque acima de tudo, mais importante que estar a fazer os muros é fazermos aqueles que estão em sítios que podem causar acidentes, é essa a prioridade. Acima de tudo termos que, dado que não podemos contratar fora da Câmara Municipal, fazer aqueles muros que à partida são mais necessários. Depois, em relação à estrada São Félix-Vila Nova, que teria prometido individualmente a algumas pessoas, é claro que a estrada de Vila Nova vai ter de ser vista, principalmente a nível de valetas. Como pode calcular, e o Presidente da Junta sabe disso perfeitamente, estamos a falar numa estrada que tem valetas que agora as últimas águas afundaram para aí a 80 cm. É uma estrada que vai ter de ser reparada a curto prazo e as valetas vão ter que ser feitas. É uma estrada estreita, com bastante movimento, em que realmente as valetas não existem, estamos a falar em buracos enormes e o Presidente da Junta sabe disso perfeitamente. É claro que essa estrada vai ter que ser feita agora não me pergunte quando. Será feita quando houver fundos e a mesma coisa para a estrada de Sacados. Nós não temos culpa que antes das eleições, e foi isso que aconteceu, a Câmara Municipal fosse para a povoação de Vila Nova e de Sacados esburacar aquilo tudo só para meter lá os canos, sem qualquer tipo de projeto. Se eu perguntar ao Presidente de Junta qual o sítio onde vão ficar as fossas ele não me sabe dizer, as ligações não foram feitas. Como é que eu agora posso ir alcatroar uma estrada onde as ligações ainda não estão feitas? Nem sequer existem projetos para as obras que foram feitas antes das eleições. Foi feito saneamento para a população de Vila Nova e Sacados em São Félix, sem qualquer tipo de projetos. Mandaram para lá os funcionários da Câmara Municipal para fazer buracos e meter canos, e agora pergunto onde é que são as fossas? Os terrenos foram negociados? Existe algum desenho do sítio onde passam os canos? Não existe nada. De forma que, e o Dr. Matos já começou a fazer esse trabalho, neste momento estamos a fazer o levantamento, onde efetivamente passam os canos em todo o concelho. Porque o saneamento não foi colocado, o que foi feito em São Pedro do Sul, foi andar a meter canos em muitas povoações, onde nem sequer sabem onde vão fazer as fossas. Isto aconteceu em Arcozelo e também em Lourosa de Santa Cruz da Trapa, onde meteram os canos há muitos anos e ninguém sabe onde é que vai ser feito o saneamento. Também em Fermontelos há já 16 ou 17 anos que foram colocados os tubos, e depois dizem que há saneamento. Não há saneamento, não há ligações feitas ao saneamento, nem sequer sabem onde vão ser feitas as fossas e é tudo isso que temos estado a recuperar. E quando me falam em arranjar a estrada e falam no saneamento acho muita graça a isso. Depois, vender o terreno em São Félix sem avisar. Quando foi vendida a escola de Arcozelo, em São Pedro do Sul, e eu era Presidente da Junta nessa altura, ninguém perguntou se eu concordava com a venda da escola. E o Presidente da Câmara Municipal na altura também não se preocupou com isso e agora o Sr.



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

fica preocupado por causa da venda de um terreno em São Félix. Quanto ao valor ser aplicado nas freguesias, acho que sim, que o valor deve ser aplicado nas freguesias, mas acima de tudo é preciso saber que tudo o que se possa vender daqui para a frente, durante este ano, é para entrar dentro do bolo que a Câmara Municipal deve para que para o ano possamos ter efetivamente condições financeiras para que se possa aplicar nas freguesias. Posso-lhe dizer que a escola de Rio de Mel foi vendida, com a promessa do dinheiro ser aplicado na construção de um muro, e o muro não foi feito. Provavelmente este ano, e como a escola de Rio de Mel foi vendida o ano passado teremos que ir fazer o muro que foi prometido pela anterior Câmara com o dinheiro da venda de outras escolas. Depois, concordo inteiramente com o José Luís Campos, é uma questão de irmos aprofundar, de ver isso com as outras associações, podemos promover uma reunião conjunta, depois vemos qual é a melhor solução. Sobre a questão da mostra gastronómica, aqui o Concelho de São Pedro do Sul não será um grande concelho para caça, não é fácil haver perdizes, não é fácil haver lebres. A Paula Carvalhas falou na questão das refeições escolares, e eu depois peço à Vereadora para responder, mas posso-lhe dizer que as refeições quando estavam a ser confeccionadas pelos Centros Sociais as coisas funcionavam bem, só que o Governo mudou as leis, tem que ser entregues a empresas com determinado tipo de alvará, tem que ser feito através de concurso público, e como pode calcular, não é fácil quando se entra em concursos públicos, temos que aceitar o menor preço, e realmente ganhou aquele que fez 1 cêntimo mais barato em relação ao serviço que era feito anteriormente, foi o preço mais barato, não é a melhor solução, mas depois a Dra. Teresa Sobrinho falará sobre isso. O Mário Almeida falou sobre a questão dos Bombeiros e das Associações, esteve presente quando foram as comemorações do aniversário dos Bombeiros de Salvação Pública, e aquilo que eu fiz lá foi lançar um repto a todos os bombeiros e algumas associações. Numa comunicação social o assunto apareceu escrito, alertaram-me para isso ontem, em que fala que teria sido feito o convite ao Corpo Voluntário de Salvação Pública. Não foi isso que foi feito, foi feito um convite a todos os corpos de Bombeiros e a outras associações, eu não posso estar a responder por aquilo que a comunicação social escreve. A forma como irá ser feito também como é só para junho, temos tempo para ver. Quanto ao Eng.º Ribeiro, gostei da 1.ª parte da intervenção quando falou na questão do Gabinete do Agricultor. Uma das coisas que estamos a iniciar é a criação de Gabinetes de Apoio a determinadas atividades, coisa que não existia no passado. Nós já criámos um Gabinete de Atendimento ao Múncipe, vamos criar um Gabinete de Apoio às Associações, um Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo, e tudo isto irá ser feito quando mudarmos as instalações para o Edifício Avenida. Uma série de serviços estão dispersos por vários edifícios e nós vamos tentar concentrar todos esses serviços no Edifício Avenida. É claro que o Gabinete de Apoio ao Agricultor irá ficar inserido no CLDS+ onde irá estar presente uma Eng.ª Agrónoma que irá desenvolver o trabalho no que diz respeito à agricultura e dado que estamos num concelho essencialmente agrícola, quisemos apostar nesta vertente, penso que esse trabalho irá ser feito em conjunto com as outras entidades, porque penso que a trabalhar em rede é que as coisas devem funcionar, e em conjunto é que as coisas andam para a frente. Esse trabalho também irá ser feito com a Eng.ª Adelina que é a Diretora Regional da Agricultura do Centro, pois estive a falar com ela no Encontro dos Mirtilos e falámos sobre esse assunto, e ela irá apoiar-nos nesse sentido. O Eng.º Ribeiro falou sobre a questão dos fundos, na questão da vendas das escolas. Sobre os fundos já expliquei que é derivado da Lei dos Compromissos. A



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

venda das escolas vem no seguimento do acordo que se fez sobre o PAEL, não me pergunte se foi bem ou mal, apesar de eu por acaso até concordar, só que isso traz-nos custos, como pode compreender, implica que da parte da Câmara Municipal se tenha de vender património e tenha que se aumentar as taxas das águas. Isso foi uma ação que herdámos e à qual temos que dar seguimento. Por termos aderido ao PAEL temos que vender património da Câmara Municipal e a única coisa que temos são escolas. A Câmara Municipal não tem mais nada. E depois o Eng.º Ribeiro falava na questão de se perguntar às pessoas quais as escolas que se deviam vender. Se formos perguntar a alguém de alguma povoação ou de alguma freguesia se querem que se venda a sua escola a resposta de todas elas é não, mas concordam que se venda a dos outros. Resumindo e concluindo não se vendia nenhuma. As escolas que vão ser vendidas são escolas que não estão a ser utilizadas, pois há muita escola que foi cedida às Associações que, numa primeira fase e enquanto essas Associações as utilizarem, não serão vendidas.” A Vereadora Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho fez a seguinte intervenção: “Sobre a qualidade das refeições que estão a ser servidas nos jardins-de-infância e básicas do 1.º ciclo, é um processo que não é fácil de gerir, como devem compreender, por 2 razões: a 1.ª é porque nós no Concelho não temos nenhum espaço onde a empresa pudesse fazer as refeições de forma a melhorar a qualidade das refeições. No ano passado, era a cantina de Santa Cruz da Trapa que estava a servir de espaço, no entanto, com a alteração de alguma legislação, também deixou de poder servir para este efeito. Por isso é que as refeições estão a ser feitas em Viseu. Claro que esta situação se vai alterar para o ano, e estamos a tratar disso com a abertura do novo pólo escolar. Ou seja, nós já estamos a pensar e a equipar a cozinha do pólo escolar para poder servir para fazer as refeições não só para o pólo como também para as escolas à volta, o que tem lógica, porque vamos ter ali o espaço ideal. Este ano temos aqui alguns problemas: 1.º, se nós denunciássemos o contrato com esta empresa, ficaríamos sem empresa porque teríamos que fazer contrato público, ou seja, no espaço de tempo entre denunciarmos o serviço e fazermos o concurso público, talvez fosse complicado arranjar uma empresa que o assegurasse. Mesmo que fizéssemos um contrato com uma empresa que assegurasse, tínhamos o problema novamente do espaço onde pudesse fazer as refeições. Depois de reunir com várias pessoas ligadas a este processo, chegámos à conclusão que o melhor seria acompanhar as refeições, por isso é que entretanto a Eng.ª Agroalimentar começou e vai continuar a acompanhar as refeições das diferentes escolas. Todas as anomalias que verificámos que nos chegam através das escolas, porque pedimos às escolas para nos enviarem todas as anomalias que surjam, são imediatamente remetidas para a empresa e ela entretanto responde-nos. Neste momento já preparei uma informação aos agrupamentos para divulgarem junto dos jardins-de-infância e das escolas do 1.º ciclo, a explicar até à data o que é que foi feito. Essa informação há-de chegar. Eu posso adiantar algumas alterações que entretanto foram feitas, nomeadamente a cozinheira foi substituída, também pedimos à empresa para determinar as ementas a serem alteradas, porque era onde se manifestavam mais queixas, e pedimos para não misturarem a carne com o arroz ou a massa, o peixe e as batatas. É claro que isto não é um processo fácil. Como devem compreender, para denunciarmos um contrato temos que ter várias provas contra a empresa, porque senão acaba a Câmara também por sair lesada, e nós estamos a tentar equilibrar, estamos a tentar fazer perceber à empresa que se ela não melhorar vamos ter mesmo que denunciar o contrato, e estamos aqui num processo em que, de ambas as partes, concordámos que vamos dar



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

um tempo para ver se as coisas se compõem, se não se compuserem teremos que tomar medidas mais radicais. Outro assunto que gostaria de falar, apesar do Presidente já ter respondido, mas como também tem a ver com o meu pelouro, são as Festas da Cidade, e aproveitando os Presidentes de Junta presentes, uma vez que já tive uma reunião com eles sobre este assunto. Nas Festas da Cidade tinha proposto aos Presidentes de Junta cada um organizar um stand e fazer uma mostra do que de melhor têm na sua freguesia, isto mantém-se, independentemente depois de bombeiros ou associações quererem organizar a parte restante das Festas da Cidade, no entanto estes stands das Juntas de Freguesia são da responsabilidade da Câmara em parceria com as Juntas. Até à data tenho uma Junta que manifestou interesse, que já acordámos algumas coisas, eu gostaria que os restantes Presidentes de Junta também me fizessem chegar o mais rapidamente possível as suas respostas porque eu vou ter que reservar esses stands para as Juntas interessadas, porque depois os outros ficarão disponíveis para as associações, bombeiros ou outras que queiram organizar as festas. Por isso, pedia aos Presidentes de Junta, aproveitando o facto de estarem presentes, que me fizessem chegar as vossas respostas para podermos agilizar o processo e combinarmos porque isto vai ter umas certas regras, ou seja, vamos ter que dar-lhe aqui um cunho do tradicional, da cultura e essencialmente do artesanato, e eu gostaria depois de reunir com as Juntas interessadas para podermos ultimar este processo.” O Presidente da Assembleia Municipal informou que está a iniciar-se uma candidatura a Património Cultural e Material da Humanidade do Canto de Mulheres e que, tal como está inscrito na lista da UNESCO, o fado e desde Dezembro a dieta mediterrânica, Manhouce merece estar na 1.ª fila porque tem sabido preservar esse património. Disse ainda, quanto à questão dos Sapadores Florestais, que no próximo Quadro Comunitário de Apoio os encargos deste projeto vão ser enquadrados. O Deputado Municipal José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD) fez a seguinte intervenção: “ Em janeiro deste ano fui nomeado representante das equipas de Sapadores Florestais do Concelho, anteriormente não o era. Quando o Presidente, na altura era candidato, em abril do ano passado visitou a freguesia de Sul, reunimos na junta de freguesia, eu apenas lhe fiz 3 questões relativamente na hipótese de chegar a ser Presidente da Câmara Municipal e um ponto referido foi o que é que pensava em relação às equipas de Sapadores Florestais. Outro aspeto que me traz aqui é que num despacho que emituiu há pouco tempo disse que a Proteção Civil era uma das grandes prioridades para o executivo. Sabe o trabalho que as equipas de Sapadores Florestais têm tido no concelho. E eu quero acreditar na palavra das pessoas até prova em contrário, porque não é a junta de freguesia que está aqui em causa, é uma deliberação da ata de 9 de janeiro de 2014 em que há um apoio financeiro a uma junta de freguesia, não é isso que está em causa, a quem foi atribuído um valor e depois diz o seguinte na parte final: condicione-se este apoio à existência de dotação orçamental e aos fundos disponíveis. O nosso assunto foi tratado de forma diferente, foi precisamente a situação que falei dos Sapadores. Enquanto nós mandamos ofício em nome dessas equipas foi-nos logo dito que não havia fundos disponíveis, temos aqui uma situação de outra junta, não é a questão de ser a junta em causa, foi a deliberação da reunião de câmara em que foi votada por unanimidade, apesar de não haver fundos disponíveis, mas está aqui condicionado a fundos disponíveis. É a deliberação 4/2014 e refere-se à freguesia de São Pedro do Sul. Aquilo que acho aqui, não é só para a junta de freguesia, mas para as outras freguesias em questão, acho que deviam ser todas tratadas da mesma forma, ou não há fundos para uns não



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

há fundos para outros. Eu acredito na palavra das pessoas até provas em contrário.” A Deputada Municipal Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD) fez a seguinte intervenção: “Não posso deixar de dar nota e mostrar alguma surpresa pelo tom hostil, a roçar o desrespeitoso e por vezes o acintoso, com que o Presidente da Câmara se dirige aos deputados desta Assembleia quando lhe colocam questões que provavelmente considerará incómodas ou quando expressam opiniões diferentes das suas. A Assembleia Municipal sempre teve como seu lema a elevação no debate político, e de facto o cidadão José Pedro Maurício não está aqui, não faz parte desta Assembleia, está aqui o Presidente da Junta de Freguesia de Sul. Aliás foi sempre assim que o Sr. Presidente sempre foi tratado enquanto Presidente de Junta. Portanto, uma coisa é defendermos os nossos pontos de vista com garra, e aí sei que o Sr. Presidente é de convicções e que leva a sério a sua linha de pensamento, portanto tem todo o direito e toda a legitimidade de expressão, mas também tem que ter um pouco mais de cuidado na maneira como se dirige aos membros desta Assembleia, para que, em conjunto, tentemos dignificar este órgão. Relativamente ao voto de repúdio pela agressão sofrida pelo Sr. Presidente da Junta de Valadares, a informação que tenho é que ela deriva de perseguição política que aliás já tinham acontecido uma série de ameaças mas não em termos pessoais mas por questões políticas. Portanto esse é a questão que está aqui em causa, foi o Presidente da Junta de Valadares como podia ter sido outro Presidente de Junta qualquer, o que está aqui em causa é o procedimento e acho que não devemos pactuar com este tipo de atitudes. Uma coisa é termos opiniões diferentes, ter projetos diferentes, mas temos que saber coexistir em democracia, respeitando e ouvindo pessoas que têm opiniões contrárias. Portanto mantenho o voto que tinha apresentado. Quanto ao CLDS+ é óbvio que não haveria na freguesia de Manhouce, infelizmente, todos os técnicos que seriam necessários para a constituição da equipa, mas por exemplo temos conhecimento da existência de uma técnica de serviço social que está desempregada desta freguesia que provavelmente seria aproveitada. Não sei se teve conhecimento dessa situação. Não digo que tenha sido deliberado, mas é certo que poderia haver um cuidado de ter verificado essa situação e privilegiar pessoas que estão no desemprego, e que poderiam com toda a legitimidade entrar neste projeto. O Presidente da Junta de Bordonhos não pôde estar aqui presente devido aos problemas que surgiram na freguesia e ele tinha demonstrado a vontade de vir aqui apresentar uma questão da sua freguesia e pediu-me que manifestasse aqui na Assembleia hoje a sua grande preocupação e o seu grande descontentamento relativamente ao que consta parecer ser uma evidência que tem a ver com o encerramento do Centro de Distribuição Postal de São Pedro do Sul. Como é sabido, esse Centro de Distribuição Postal tem funcionado na freguesia de Bordonhos há mais de 10 anos, são 10 funcionários que ali trabalham, tem um volume de correspondência bastante significativo abrangendo 50% do volume dos concelhos de São Pedro do Sul, Vouzela e Oliveira de Frades. E agora parece que a administração dos CTT pretende levar esse serviço para Vouzela. Curiosamente e ironicamente os 5 funcionários que trabalham na secção no Centro de Vouzela também são de São Pedro do Sul, 2 deles com residência aqui. E portanto é um pouco irónico que se faça este tipo de encerramento. É óbvio que não é um serviço que afete o público, uma vez que é um serviço de retaguarda, mas o que é certo é que a presença daquele Centro na freguesia de Bordonhos tem tentado de algum modo alguma dinâmica do comércio local, nomeadamente nos restaurantes, nas pequenas oficinas, com o movimento dos funcionários que ali estão diariamente. Portanto é entendimento da junta que a saída deste Centro de Distribuição



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Postal, para além de parecer pouco lógica que é o principal centro de distribuição da região de Lafões, portanto para além do facto de não ter lógica, acaba por ter um impacto bastante negativo na freguesia, e nesse sentido o presidente da junta de Bordonhos, pretendia apresentar uma moção que passo a ler.” O Centro de Distribuição Postal de São Pedro do Sul está instalado na Freguesia de Bordonhos, desde há 11 anos, afetando um total de dez funcionários, todos oriundos do concelho. Notícias recentes dão conta da intenção de encerrar este serviço, transferindo-o para um concelho vizinho da região. Considerando: 1 – que o funcionamento do referido Centro tem sido pautado pela qualidade do serviço prestado a todo o Concelho, com um movimento de correspondência que implica cerca de 50% dos três concelhos de Lafões; 2 – que a presença deste Centro de Distribuição Postal tem tido um reflexo positivo na economia local, nomeadamente a nível da restauração e de pequenas oficinas, que se perderá caso se mantenha a intenção de deslocalizar este serviço para outro concelho; 3 – que a retirada deste serviço acarretará mais custos de funcionamento, com a deslocação dos funcionários, a par de um maior desgaste de viaturas; 4 – considerando ainda que os órgãos representativos da população não foram contactados até ao momento relativamente a esta matéria. A Assembleia Municipal de São Pedro do Sul, reunida ordinariamente em Manhouce, no dia 10 de fevereiro de 2014 delibera: 1. Repudiar a decisão da administração dos CTT que visa encerrar o Centro de Distribuição Postal de São Pedro do Sul sediado na freguesia de Bordonhos, em virtude de tal decisão lesar os interesses diretos da freguesia, face à quebra do movimento gerado no comércio local; 2. Recomendar à Câmara Municipal que diligencie no sentido de garantir a manutenção deste serviço no Concelho, junto das entidades responsáveis. Delibera ainda enviar o texto da presente Moção a sua Exa. o Senhor Primeiro Ministro, a sua Exa. o Sr. Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, ao Sr. Presidente do Conselho de Administração dos CTT e ao Senhor Presidente da Comunidade Intermunicipal Dão-Lafões.” O Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD) fez a seguinte intervenção: “Relativamente à proposta de recomendação sobre os fundos das possíveis vendas das escolas que não estão a ser utilizadas, eu queria reforçar apenas um aspeto, que sejam ouvidos em primeiro lugar as populações dessa mesma aldeia, que lhes seja dada a preferência. É óbvio que o Presidente aborda a questão permanente e sistemática sobre a falta de fundos, para desenvolver todo o seu trabalho que se propõe realizar ao longo de 2014 e ao longo do seu mandato. Obviamente que o Presidente da Câmara na sua tomada de posse e como bem disse tem um projeto para São Pedro do Sul, tem que ser criativo na realização e tem que ser criativo na forma de obter fundos e não pode de modo algum escudar-se quando algum Presidente de Junta lhe coloca uma questão para solicitar mais um fundo para realizar determinado tipo de obra na sua freguesia. Eu entendo que essa é uma forma de se escudar, é uma forma de dizer ao concelho que os outros é que fizeram mal, os outros é que foram os culpados, eu não tenho culpa nenhuma. O Sr. é Presidente da Câmara, é uma figura que ganhou as eleições e tem que de uma forma ou de outra ser criativo nas questões dos fundos. Um outro aspeto também refere-se exatamente aqui à Festa da Cidade, aquilo que me apraz registar é que vão tentar minimizar os custos ao máximo, transpondo para as associações e empresas o custo de realização desta Festas, para que elas sejam engrandecidas e tenham a sua valorização como também merece o Concelho e a cidade de São Pedro do Sul. Uma recomendação relativamente às Festas e no que concerne a custos porventura que a Câmara Municipal podia vir a ter com esta realização, outras poderão advir, uma delas refere-se



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ao Festival da Vitela de Manhouce, acho que devemos ter aqui muito cuidado na questão destes produtos endógenos. A vitela de Manhouce como sabem é vitela arouquesa, é de natureza protegida, assim como a Vitela de Lafões. Eu julgo que a nível regional aquilo que nós nos devemos pautar é pelo produto, por uma marca, e se nós temos hipotecadas duas marcas, uma delas que é a vitela arouquesa outra delas é a vitela de Lafões, eu julgo que não devemos andar aqui a degladiar-nos uns aos outros e como me é dado saber, Vouzela vai fazer um Festival da Vitela de Lafões, e só porque Vouzela vai fazer nós também vamos a correr fazer um Festival à moda de Manhouce? Eu julgo que aqui o que deve haver unísono é um projeto de marca. Se Manhouce é o solar da vitela arouquesa e se Manhouce possui 350 vitelas em produção, se Candal produz 50, nesta zona temos 400 bovinos arouqueses, nós temos que tirar partido disto. É a marca de um produto pelo qual nós temos que lutar e aquilo que pedia ao Sr. Presidente era que, junto das organizações e junto dos produtores, conseguíssemos uma marca e não andássemos aqui a brincar a festivaizinhos. Para mim tudo o que seja promover eu estou plenamente de acordo. Tudo o que seja a brincar às promoções eu discordo totalmente.” O Deputado Municipal António Jorge Martins de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de São Félix (PSD) fez a seguinte intervenção: “É só para dar um enquadramento diferente de algumas situações que o Presidente da Câmara disse, e gostava de registar nesta Assembleia que é sem surpresa que registo este tom do Presidente da Câmara e a terminologia que utilizou. Mas gostava que o Presidente da Câmara me dissesse o seguinte: em relação ao ofício que foi mandado na realidade não foi em janeiro, foi em novembro, em relação a um talude que está a causar perigo para as populações. Pergunto ao Presidente da Câmara se pode garantir que a segurança de bens e pessoas está salvaguardada. Em relação ao saneamento gostava de dizer o seguinte: o Presidente da Câmara disse que foi antes das eleições que foram partir a estrada de Vila Nova e de Sacados. A realidade não é essa. O saneamento em Vila Nova foi por administração direta e os trabalhadores da Câmara Municipal andaram a fazer esse saneamento e colocaram água ao domicílio que não havia. Acontece porém que, durante cerca de um ano e meio, colocaram esse saneamento até à Estrada Nacional e aí não foi colocado nada, nem saneamento nem água ao domicílio porque tem que haver autorização das Estradas de Portugal e foi colocado em Sacados por administração direta. Eu gostava de dizer o seguinte ao Presidente da Câmara, acho que deve haver respeito pelos trabalhadores da Câmara Municipal porque foram eles que o fizeram e deve haver também respeito pelas chefias destes trabalhadores. Se alguma situação está mal feita há duas situações que o Presidente deve fazer, ou dá mais formação aos trabalhadores da Câmara Municipal que de certeza absoluta a vão receber da melhor forma, ou então conseguir que tenha mais alguns trabalhadores para conseguir fazer um melhor trabalho porque, neste caso, não foi nenhuma empresa privada que o fez, foram os próprios trabalhadores da Câmara Municipal, e há hierarquias e de certeza absoluta que para o saneamento, tinha que haver um Eng.º e tinha que haver um fiscal para fazer a respetiva fiscalização.” O Deputado Municipal Alberto Arménio Paulino H. Almeida, Presidente da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS) fez a seguinte intervenção: “A minha intervenção deve-se à intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Sul sobre uma deliberação da Câmara Municipal que diz respeito a um subsídio de 29.700€. Esse subsídio foi requerido por mim como Presidente da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões, e não é para fazer qualquer obra, mas é sim para pagar uma dívida que eu herdei,



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

concretamente, recebi da ex-Junta de Freguesia de Várzea um saldo bancário de 37.000€ mas também herdei para pagar uma fatura de 70.058,05€ relativamente a um caminho agrícola do Aido-Reguengo, que foi aprovado com fundos comunitários do PRODER. Eu fui ameaçado pelo PRODER que, se não liquidasse essa dívida, teria que repor as verbas entretanto recebidas, como é do conhecimento de todos, e eu não tinha outra possibilidade de fazer o pagamento dessa dívida, que ainda não fiz, só fiz um pagamento parcial de 40.000€, faltam-me 30.058,05€ porque senão terei que devolver as verbas entretanto recebidas na ordem de uma centena e pouco de milhares de euros. Portanto, o subsídio que foi deferido não foi para fazer obras, foi para pagar uma dívida que eu herdei, e essa dívida podia estar paga já, antes da tomada de posse da União das Freguesias, sem que inclusivamente a anterior Câmara Municipal tivesse tido um outro tipo de colaboração com a Junta de Freguesia de Várzea. Além disso, eu vou pagar 30.000€, e vou receber cerca de 23.000€, tenho que arranjar mais 7.000€ e como os presidentes de junta sabem não é fácil arranjar facilmente este valor para liquidar a dívida. E, portanto, essa é a questão da deliberação da Câmara Municipal, que entretanto ainda não recebi, ou seja a ameaça do PRODER mantém-se com a devolução, porque o processo pode ser administrativamente encerrado com a consequente devolução das verbas recebidas.” O Deputado Municipal André Tiago dos Santos Matias de Almeida (PS) fez a seguinte intervenção: “É com surpresa que registo aqui as intervenções dos deputados municipais da bancada do PSD, nomeadamente do Presidente da Junta de Freguesia de Sul, sobre intervenções crispadas e sobre o tom das intervenções. Não me parece que tenha havido aqui alguma falta de respeito, acho que todas as pessoas têm o seu estilo de falar, acho que todas as pessoas têm a sua forma de dizer as coisas e portanto no dia que houver aqui alguma falta de respeito, isso será naturalmente abordado pelo Presidente da Mesa, o que não me parece que tenha sido o caso. Relativamente ao voto de repúdio sobre a situação que aconteceu com o Presidente da Junta de Valadares, eu gostava só de dizer que se o Sr. Presidente da Junta de Valadares foi agredido penso eu naturalmente apresentará queixa e portanto as autoridades competentes farão a sua avaliação. Posteriormente, talvez seja mais coerente, esta Assembleia pode voltar a falar neste assunto no fim das autoridades se terem pronunciado e de sabermos concretamente o que é que aconteceu neste caso. Porque estarmos aqui em abstrato a dizer que aconteceu isto ou que aconteceu aquilo não me parece que seja o mais cordial e sobretudo o mais correto. Portanto, acho que devemos guardar isto para uma assembleia posterior e inclusivamente depois de ouvirmos o Presidente da Junta de Valadares que tem aqui assento, se isto terá sido uma questão pessoal ou uma questão política. E se foi uma questão política acho que o caso é grave e tem que ser aqui abordado, se não foi não deve ser tratado nesta sede e não deve ser tratado sobretudo hoje. Depois, sobre as intervenções do Presidente da Junta de Freguesia de Sul, sobre a questão dos Sapadores não ser na altura representante, eu quero crer que o Sr. Presidente de Junta foi eleito pelos cidadãos de Sul por ser um cidadão ativo e pelas pessoas lhe reconhecerem valor, portanto ocupar ou não o cargo de representante isso não deve fazer de si um cidadão mais ou menos ativo, portanto o facto de ser ou não ser Representante das Equipas de Sapadores Florestais não o impediria nunca, em sede nenhuma, de ter alertado a Câmara para qualquer tipo de situação, como parece aliás que fez no âmbito de uma campanha eleitoral do Partido Socialista em Sul, e portanto isso não pode ser desculpa para o Sr. se escudar em qualquer tipo de intervenção sobre os Sapadores Florestais, e acho que isto é uma coisa que merece ser



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

referenciada, porque ser ou não ser representante dos Sapadores não deve conferir às pessoas mais ou menos legitimidade para falar sobre as questões. Depois, outro ponto que quero aqui abordar, regista-se isso, é o tom que a bancada do PSD tem adotado ao longo de 3 meses, no que ao programa eleitoral do PS confere. Sobre questões de saneamento, de intervenções de Sapadores, aliás é com alguma preocupação que registo as vossas intervenções, sobretudo sobre o saneamento depois do candidato a Presidente de Câmara do PSD ter dito na altura como Vereador aos microfones da RTP1 que o Concelho de São Pedro do Sul estava todo coberto por saneamento, e portanto é com alguma surpresa que registo estas intervenções sobre o saneamento. Mas, dizer-vos que não me parece que, em momento algum, nenhuma Câmara Municipal possa cumprir um programa eleitoral em 3, 4 meses ou um ano. Esta Câmara Municipal foi eleita pelos cidadãos de São Pedro do Sul para cumprir um programa eleitoral e foi nesse programa que as pessoas votaram para 4 anos. Eu percebo a ânsia de continuar a condenar a Câmara por dívidas, por apoios que alegadamente fossem dados à Junta de Freguesia, e que o critério que terá sido utilizado não foi o mesmo que para outras Juntas, mas eu queria dizer-vos que é muito importante, e isto também para todos os cidadãos que nos ouvem pelos microfones das rádios, e sobretudo os que aqui estão hoje, que esta Câmara Municipal foi eleita para um mandato de 4 anos e é em 4 anos que tem que cumprir o seu programa eleitoral. E, portanto, é demasiado demagógico vir ao fim de 3 meses dizer que isto não foi cumprido, que aquilo não foi cumprido, quando aquilo que está para trás é um processo de dívida brutal, e sobre as questões das escolas dizer também ao deputado municipal Eng.º Ribeiro o seguinte: muito cuidado com estas propostas, porque estar a indexar a uma freguesia qualquer venda de qualquer produto de qualquer material de qualquer património é altamente perigoso, e peço desculpa porque pode ter as melhores intenções, mas não é isso que vai estar plasmado na lei e não é isso que irá acontecer nem em São Pedro do Sul nem em lado nenhum, porque a Câmara Municipal de São Pedro do Sul não vive para fazer a gestão dos patrimónios das Juntas de Freguesia, vive para fazer a gestão de um Concelho, e portanto, se a Câmara Municipal eleita democraticamente entende que o valor que advém de uma determinada venda de um determinado produto se adequa melhor a uma necessidade que existe noutro local, é isso que fará. Eu compreendo a necessidade de continuar a indexar isto às juntas e a ouvir as populações, mas pode-se ouvir as populações sem absolutamente nenhum carácter vinculativo, porque isso jamais acontecerá, e é para isso que a Câmara Municipal é eleita, caso contrário isso seria um absoluto esvaziar das funções da Câmara Municipal. Poder-se-á ouvir os cidadãos, e eu nessa matéria estou completamente à vontade que acho que isso é o mais democrático que pode existir, agora estar a obrigar uma Câmara Municipal a fazer um investimento depois de ouvir as populações, isso não faz qualquer sentido, não está plasmado na lei nem a Câmara fica obrigada por nenhuma proposta de nenhum deputado municipal. E sobre o cuidado com os trabalhadores da Câmara Municipal, em relação à intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de São Félix, de que haverá respeito pelas chefias eu não ouvi o Presidente nem nenhum Vereador faltar ao respeito ou diminuir algum tipo de trabalhador da Câmara Municipal. Eu não percebo isto de respeitar os trabalhadores, dar-lhes formação. O Presidente da Câmara Municipal limitou-se a fazer uma análise, e não estou aqui a fazer defesa nenhuma, estou a dizer exatamente os factos como eles foram, limitou-se a fazer uma análise de uma situação. Ninguém falou aqui em diminuir trabalhadores da Câmara Municipal, nem desrespeitar, e muito menos



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

entrarmos aqui numa avaliação de carácter técnico ou uma avaliação das capacidades técnicas ou pessoais. Esta intervenção aparece aqui completamente desbalizada de tudo aquilo que foi feito aqui durante esta Assembleia.” O Presidente da Câmara Municipal fez a seguinte intervenção: “Há pouco o Presidente da Junta de Freguesia de Sul falou na questão de um determinado despacho que eu teria dado sobre a questão da Proteção Civil. Dei esse despacho e dei-o muito bem, porque a Proteção Civil tem que ter todas as condições para trabalhar em rapidez para que nós, os nossos familiares e os nossos amigos possam efetivamente não ter acidentes nas nossas vias. E quando falo em rapidez, temos que atuar quando há um derrame de óleo, e quando há um derrame de gasóleo na estrada temos que proceder imediatamente à colocação de calcário sob pena de poder haver acidentes. E o despacho vai nesse sentido, vai no sentido de efetivamente o funcionário encarregado da Proteção Civil ter todas as condições a nível de equipamentos e materiais da Câmara Municipal para que possa cumprir a sua missão com êxito. E posso dizer que essa missão tem sido conseguida. Posso-lhe dizer que ontem, domingo, o funcionário da Proteção Civil andou praticamente todo o dia aí pelas nossas estradas a sinalizar situações. Agora fico surpreso como é que o deputado municipal tem conhecimento desse despacho. É que supostamente esse despacho é um despacho interno para os serviços da Câmara Municipal, não percebo como é que o deputado municipal tem acesso a documentos internos, depois não querem que haja perseguições a pessoas. Mas há coisas que não podem acontecer. No que diz respeito ao subsídio para a União das Freguesias de São Pedro do Sul, há um despacho anterior em que algumas Juntas de Freguesia foram contempladas com uma comparticipação até 25% dos caminhos agrícolas. E acontece que a União das freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões já tinha recebido 10%, e então fez-se o acerto. E indo ao encontro daquilo que o Presidente da Junta disse e que provavelmente até agora nenhum de vós sabia, é que havia graves problemas financeiros na Junta de Freguesia de Várzea, que por sinal era uma Junta de Freguesia do PSD. E estamos a falar em largas dezenas de milhares de euros. E nós tivemos que ir ajudar efetivamente para que não houvesse problemas, problemas até judiciais e ficamos por aqui. No que diz respeito à Deputada Dra. Ester sobre haver assuntos que são incómodos, como pode calcular, neste momento, ao fim de três meses, não há assuntos incómodos, poderá haver daqui a um ano, ou dois ou três. Para já, os assuntos ainda não são incómodos, porque tudo aquilo que estamos a encontrar infelizmente é por erros anteriores. Todos os erros que possamos cometer daqui para a frente só serão conhecidos daqui a meio ano, um ano. Agora realmente esses problemas existem, e somos nós que temos que os colmatar, atacá-los. Falando da questão de que havia uma assistente social em Manhouce, eu desconheço. Provavelmente a maior parte das pessoas aqui também desconhecerao. Provavelmente o Presidente do Centro Social também desconhecerao, pois foi buscar uma assistente social a Viseu. Agora quando as pessoas têm um determinado curso ou precisam de emprego, essas pessoas também têm que se dar a conhecer. Eu não sei a quem é que se refere. O próprio Centro Social teve que recorrer a Viseu é porque também não conhece. Mas também lhe digo mais Sra. Deputada, é que nunca a vi preocupada em saber quem é que o Centro Social de Carvalhais contratou para o CLDS, nunca ouvi falar disso. E a Sra. agora vem preocupar-se por nós termos escolhido certas pessoas para Manhouce, a situação é igual. Na situação de Manhouce preocupasse, na situação de Carvalhais não se preocupou. No que diz respeito ao Centro de Distribuição Postal, eu quero lembrar que o nosso Governo ainda tem uma participação nos Correios de



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Portugal e quero lembrar que a Sra. é deputada municipal e enquanto deputada nacional está a suportar um Governo que anda a encerrar os serviços deste País. E o que é que a Sra. tem feito para que esses serviços não fechem? No que diz respeito ao Eng.º Ribeiro diz que devem ser ouvidas as pessoas para terem preferência, é claro que pessoas vão ter preferência se forem elas a oferecer o maior valor possível. Eu posso-lhe dizer que aqui bem perto, no Candal, a Associação de Compartes comprou a escola do Candal e a escola da Coelheira, porque deu os valores que, através de uma Comissão de Avaliação da Câmara Municipal, se entendeu que eram os corretos e aí foram vendidas à Assembleia de Compartes, nas outras povoações pode acontecer a mesma coisa. Existe o valor base, se houver associações que estejam interessadas, e estamos a falar em associações, não estamos a falar em pessoas, era só o que me faltava. Se eu tiver uma pessoa que dá mil euros por uma propriedade e eu tiver outra que der oitocentos só porque é da povoação temos que vender? Isto faz parte da contratação pública, faz parte dos concursos públicos, nós não vamos vender mais barato quando podemos vender por mais caro, senão eramos nós que íamos para a cadeia. Agora se realmente a pessoa da aldeia tiver interessada nisso tem que cobrir os valores maiores que estiverem em causa. Depois, sobre a Câmara Municipal que não pode andar sempre a escudar-se na questão dos fundos e que tem que arranjar fundos para as freguesias, pois tem, tem que arranjar fundos mas primeiro a Câmara tem que ter dinheiro. Se a Câmara Municipal não tiver dinheiro, não pode arranjar fundos para ninguém. Mas antes de arranjar fundos para as freguesias temos que arranjar fundos para a Câmara. É que a Câmara também tem obras, não são só as Juntas de Freguesia, como pode calcular. Nós temos uma obra que ainda queremos encetar este ano e eu vou explicar isto porque é importante. É importante que as pessoas percebam que há uma obra que queremos fazer que é a ligação da rotunda ao pé da cadeia em direção à EN227. E porquê esta obra? Como sabem ainda existem fundos comunitários antigos a que ainda nos podemos candidatar, são as chamadas obras em overbooking. Só que esta obra que queremos fazer nem sequer entra em overbooking, é uma obra direta. Nós conseguimos aprová-la com 85% de fundos, nós conseguimos fazer aquela obra com 85% de fundos comunitários sem sequer entrar em overbooking. Ou seja, mal o projeto entre lá é logo aprovado. E se há coisas que temos que fazer é aproveitar todos os fundos comunitários que possamos arranjar, tanto seja para uma freguesia como para outra. Nós temos que aproveitar todos os fundos comunitários, e esta obra pode-se conseguir. Só que para a conseguir o único problema que temos neste momento ainda são os tais fundos, os 15%. Porque nós temos que ter estes fundos para podermos avançar. Falámos também da questão da vitela que íamos atrás de Vouzela. A situação é precisamente ao contrário, é que nós aprovámos na última Reunião de Câmara Municipal a questão de fazermos uma festa gastronómica da vitela de Lafões, e isto foi aprovado na 3.ª feira na Reunião da Câmara Municipal, e Vouzela teve conhecimento disso, foi logo anunciar a mesma festa na 5.ª feira a seguir. De forma que, a situação é precisamente ao contrário, nós não andámos atrás de Vouzela, Vouzela é que andava atrás de nós, numa tentativa de antecipação. No que diz respeito ao Presidente da Junta de Freguesia de São Félix, o muro foi comunicado em novembro, estamos a falar num muro pequeno, mas que demora um certo tempo a fazer-se, mas o muro de São Félix é um muro como tantos outros que nós temos aqui. Nós temos um muro na Bondança que é mais grave que o muro de São Félix. E por isso o muro da Bondança ainda vai ser feito antes do muro de São Félix, de certeza absoluta. É claro que pode acarretar perigo, mas também



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

todos os outros podem acarretar perigo, agora são riscos que temos de correr. Nós não temos pessoal para o fazer, só temos uma brigada para fazer muros, só se consegue um de cada vez, não temos dinheiro para entregar a empreiteiros, temos que esperar, temos que ver os que são prioritários. E é essa a nossa finalidade, fazer os mais prioritários, seja em que freguesia for. No que diz respeito às obras de Vila Nova e de Sacados, eu volto a frisar, e tenho a certeza disto, estas obras foram feitas antes das eleições pelos funcionários da Câmara Municipal. Ninguém disse que os funcionários da Câmara Municipal trabalharam mal, não ouviram isso da minha boca, o que aconteceu é que essas obras foram feitas sem planeamento, sem projetos, ninguém sabe onde vão ser feitas as fossas e, sem acabarem o saneamento em Vila Nova foram logo esburacar mais para Sacados. É verdade ou mentira Sr. Presidente de Junta? E isto aconteceu. Foram feitos buracos pela população toda de Vila Nova sem projetos, sem saber onde é que iam ser feitas as fossas, embora me diga que era preciso passar a estrada, a estrada passa-se em pouco tempo, é uma coisa rápida, não está previsto nenhum sítio para fazer a fossa, logo a saber foram fazer buracos na povoação de Sacados, está tudo cheio de lama, sem projeto, e continuo a dizer, ninguém sabe onde vão ser as fossas porque nada foi previsto, nada foi negociado. E ainda sobre a questão de águas e saneamento queria dizer o seguinte: a Câmara Municipal podia ter feito águas e saneamento com participações do Estado na ordem de 85% através do programa POVT. Estas obras que falámos aqui de São Félix deviam ter sido feitas nesse programa, o POVT pagava o alcatroamento dessas mesmas obras em 85%, ou seja fazia as águas, fazia o saneamento, e fazia o alcatroamento e a Câmara Municipal gastou o dinheiro todo, que não tinha, a fazer essas obras, e agora não tem dinheiro para ir alcatroar.” A Deputada Municipal Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD) fez a seguinte intervenção:” Só para dizer ao Sr. Presidente que a minha atividade enquanto deputada não deve ser analisada nesta sede porque aqui sou deputada municipal. De qualquer modo para lhe dizer também que, sempre enquanto deputada municipal e também conciliando com a minha atividade de deputada, sempre me interessei pelas questões do Concelho como muito bem sabe. Portanto, não é correta a maneira como se dirigiu à minha pessoa a propósito desta situação. Por outro lado, quando fez o ataque ao Governo, que está a encerrar os serviços, é preciso termos noção concreta das coisas, e é preciso saber que se isso está a acontecer é porque estamos a cumprir aquilo que foi assinado no memorando pelo Partido Socialista, pelo partido que o Sr. defende e numa situação de emergência nacional que o PSD teve de apoiar porque o País estava à beira da bancarrota como sabe. Portanto, foi o Partido Socialista que incluiu inclusivamente a contratualização do encerramento de uma série de instituições, mais até do que aquelas que se vieram a executar. De qualquer modo temos que ser honestos e não podemos estar com discursos demagógicos porque já é tempo de ultrapassarmos esse tipo de discurso.”

O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a moção apresentada pelo PSD sobre o encerramento do Centro de Distribuição Postal de Bordonhos, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

De seguida o Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura do **Período de Intervenção do Público**, tendo-se verificado a seguinte intervenção:

A Professora Isabel Silvestre agradeceu a vinda de todos a Manhouce pois é uma forma de dar a conhecer os problemas da freguesia, e de os ajudar a resolver. Afirmou ainda que as cantigas e o património devem ser salvaguardados, devem ter continuidade e serem dados a conhecer.-----



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ORDEM DO DIA:

3.1-ANÁLISE DA INFORMAÇÃO SOBRE A “ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO”;-----

O Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço fez a seguinte intervenção: “Queria só frisar 3 situações, uma tem a ver com o Festival Gastronómico que nós apresentámos e, tendo sido falada a qui a questão de Vouzela, queria relembrar um ponto: esse Festival estava no nosso programa eleitoral, não sei se estava no programa eleitoral do PSD de Vouzela e dentro das nossas possibilidades é para cumprir, por isso nós não fomos atrás de Vouzela porque já tínhamos essa intenção no nosso programa, que foi a Reunião de Câmara, foi aprovado por unanimidade por isso é bom que isso fique bem claro. 2.ª Situação, relativa à venda das escolas, e à venda de um terreno em São Félix, eu recordo que a bancada do PSD quando foi votado o Plano e o Orçamento para este ano não votou contra. E nesse Plano e nesse Orçamento já estavam consagradas a venda de escolas e a venda de terrenos e eu fiquei um pouco incrédulo nessa Assembleia onde teve lugar essa votação porque eu trazia discriminado, ponto por ponto, todas as escolas, todos os terrenos, todos os imóveis que íamos vender e ninguém fez a mínima pergunta sobre o património que íamos vender, limitaram-se a votar, porque pensavam que nós eramos como a anterior Câmara que colocava nos orçamentos a venda de imóveis entre outras, campos, e depois não concretizava nada. Agora estão um pouco alarmados porque veem que nós estamos a concretizar aquilo que nós colocámos no orçamento, e é para concretizar, e como estão a chegar situações mais próximas das suas áreas de intervenção alarmaram-se. Agora recordo que votaram essas vendas, não podem esquecer essa situação, portanto deram-nos aval para essas vendas. Agora vêm pôr em causa essas vendas e a forma como são feitas, na altura da votação do orçamento é que é preciso ter atenção para essa situação. 3.º Aspeto tem a ver com as juntas de freguesia e com um aspeto que foi aqui levantado relativamente a uma deliberação à junta de freguesia de São Pedro, como podia ser eventualmente outra. O que se passou no mandato anterior é que várias juntas de freguesia e até algumas associações, e bem, foram de certa forma incentivadas pela Câmara Municipal a fazer candidaturas seja ao PRODER seja à ADDLAP seja à ADRIMAG, e as juntas de freguesia fizeram essas candidaturas sabendo de antemão que não tinham dotação orçamental para os tais 15 ou 20% da parte que não era comparticipada. Mas como foram incentivadas pela Câmara Municipal deixaram-se ir com as candidaturas. O que está a acontecer agora é que houve uma pequena deliberação da Câmara relativamente a alguma situações e o que esta a acontecer agora é que o Quadro Comunitário de Apoio tinha o seu término em 2013 e está a ser prolongado para 2014 porque vários desses projetos estão a ser executados ou não estão a ser pagos na íntegra. Há juntas de freguesia, não só no nosso concelho, há associações e IPSS que estão em dificuldades em pagar esses projetos porque não têm dotação orçamental para isso, mas a Câmara Municipal sempre que possível ou mediante as nossas possibilidades, está a tentar pagar essa parte para que as juntas de freguesia não fiquem em incumprimento porque o que lhes poderá acontecer é que tenham que devolver aquilo que já receberam em dobro. E nós estamos a tentar atenuar, e esperamos que o problema no futuro não seja mais grave. Posso-vos dizer também que mesmo não sendo uma candidatura, ainda na semana passada a Câmara Municipal recebeu uma penhora de 24.000€ de uma situação da junta de freguesia de Bordonhos, que não era uma candidatura mas eram trabalhos a mais que



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

foram feitos num saneamento para Bordonhos em anos anteriores e que ninguém assumiu a responsabilidade desses trabalhos feitos a mais, essa situação foi para tribunal, houve uma decisão judicial, a situação teve que transitar para esta Câmara Municipal, houve uma deliberação da Câmara Municipal e na semana passada foi obrigada a pagar 18.000€ à junta de Bordonhos e mesmo assim ainda faltam cerca de 5.000€, o que poderá levar a uma penhora. Isto são tudo situações que nós herdámos, e não estamos a olhar para trás, estamos a olhar para a frente, estamos a tentar resolver caso a caso, como, e não está aqui o presidente da junta de Valadares, há também uma candidatura de caminhos pedestres de Valadares que estão com imensas dificuldades em executar porque falta-lhes a parte correspondente para pagar e têm até junho para concluir. Também aqui a Câmara Municipal mais tarde ou mais cedo vai ter de ajudar. São tudo situações de freguesias que tentamos colmatar desde que voltemos a ter fundos disponíveis. Aliás, para além desta deliberação da junta de freguesia de São Pedro do Sul, já temos da junta de freguesia de Bordonhos de cerca de 5.000€ que está condicionada à existência de fundos disponíveis. Relativamente à situação financeira da Câmara Municipal, e de uma vez por todas, porque está sempre a ser levantada a questão dos fundos, eu vou tentar explicar de uma forma muito simples o que é que são os fundos disponíveis para que não se criem aqui algumas dúvidas. Como já foi dito pelo Presidente, nós quando nos candidatámos sabíamos de antemão que a dívida da Câmara Municipal oscilava entre os 25/30 milhões, ela estará neste intervalo, e estamos a falar da dívida consolidada. No que toca à dívida da Câmara Municipal, queria-vos dizer que nestes 90 dias já reduzimos a dívida em 5%. Para além da questão da dívida em si, há a questão da Lei dos Compromissos, que entrou efetivamente em vigor em junho do ano passado. O que é que a Lei dos Compromissos diz de forma muito sucinta? Nós quando queremos fazer determinada despesa seja ela uma obra, seja ela a compra de gasóleo, seja gás para as escolas, nós quando fazemos essa despesa temos de ter receita para ela no prazo máximo de 90 dias. É o que a Lei dos Compromissos nos diz, sob pena de não podermos fazer a despesa, e com uma agravante, para a soma das despesas assumidas conta a dívida a curto prazo que está para trás. Isto é, eu vou dar um exemplo, se eu agora quiser comprar uma botija de gás para uma escola, que é uma situação que acontece todos os dias, tenho que ter em conta o seguinte: os 5 milhões de euros de curto prazo que tenho já assumidos para trás, mais o custo da botija de gás, e depois tenho que ir às receitas que tenho certas, e não posso ir às receitas extraordinárias, isto é a soma da despesa da botija de gás com a soma da despesa que já temos para trás, temos que no prazo de 90 dias ter receita que cubra essas despesas, sob pena de não a poder fazer. Agora quero-vos dizer o seguinte, com a existência de dívidas, que já estavam para trás, de curto prazo, com a soma dos vencimentos dos 90 dias, 3 meses de vencimento são 90 milhões de euros, mais todas as despesas fixas que temos, gasóleo, gás, eletricidade, etc., no prazo de 90 dias não temos receitas que cubram esse valor. O que faz com que os fundos disponíveis sejam negativos. Quais são as agravantes disto? Dou um exemplo, só no período do verão passado, e vamos ter que dizer isto, eu não gosto de me reportar para trás, foram feitos ajustes diretos, não sei se foram obras eleitoristas se não, mas foram feitos ajustes diretos na ordem dos 600 mil euros. Esse valor obviamente agravou os fundos disponíveis. O que é que acontece em muitas Câmaras Municipais? Há ali sempre um período em que se fazem mais obras, obviamente a questão dos fundos dispara, só que são compensados nos meses seguintes porque a estrutura dos custos é muito baixa, isto é, se têm pouco pessoal, se têm poucos gastos



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

fixos, quer dizer são sempre recuperáveis. No nosso caso a situação é mais complicada. E isto para dizer o seguinte, nós quando entrámos em funções na Câmara Municipal sabíamos de antemão qual era a situação da dívida, não sabíamos é que os fundos disponíveis estavam negativos na ordem dos 3,5 milhões de euros. E se quiserem comprovar isso basta irem ao site da DGAL ver os valores porque foram para lá comunicados em novembro. Aliás, é com base nessa situação que desde a semana passada temos a Inspeção Geral de Finanças na Câmara Municipal a passar a pente fino as contas, as deliberações, as atas da Assembleia Municipal, tudo. Isto é, como nós somos das 30 e tal Câmaras do País que estão em incumprimento em termos de fundos disponíveis, nós fomos das primeiras Câmaras do País a ter uma inspeção de Finanças no âmbito da Lei dos Compromissos. Essa inspeção incide sobretudo sobre o ano de 2013, não sabemos que resultado vai ter porque não há um histórico sobre inspeções no âmbito da Lei dos Compromissos porque é uma lei recente e no fundo não sabemos se vai ter um carácter pedagógico se terá um carácter mais punitivo. Estamos a aguardar serenamente porque a inspeção vai ajudar-nos, no futuro, a determinar aquilo que possamos fazer porque se nós não temos fundos disponíveis tínhamos que fechar já a porta porque não podíamos ter um carro a andar não podíamos comprar peças para os automóveis, não podíamos ter transportes escolares, tínhamos que fechar a porta. Nós temos que assumir determinadas despesas, mesmo sem termos fundos disponíveis. A questão é esta, há os chamados fundos que são os justificados, isto é, aqueles que decorrem do funcionamento normal e básico da Câmara, isto é, questões de educação e questões de funcionamento básico. Agora aquelas situações que possam ser consideradas supérfluas, ou que possam ser consideradas adiáveis ou que não sejam de necessidade premente, nós não podemos fazê-las enquanto tivermos os fundos negativos. Também vos queria dizer o seguinte, nestes 90 dias herdámos os 3,5 milhões de euros de fundos negativos e já recuperámos substancialmente este valor. Não vos vou dizer em que valor é que estamos mas já recuperámos substancialmente, com muito esforço, com muita contenção, com uma chamada operação limpeza que fizemos, já baixámos significativamente este valor. Vamos ter mais um problema no futuro, é que para este valor também conta a Termalitur. E a Termalitur como sabem, e formalmente ainda não temos os valores de fecho do ano de 2013, mas estima-se que vá ter um prejuízo de 500 mil euros. Esses 500 mil euros vão ter que ser assumidos por nós. Para além deste valor tinha sido assumido um acordo em que a Termalitur se comprometia em 2013 a ter um resultado positivo de 250 mil euros, isto é aos 500 mil de prejuízo temos de somar os 250 mil o que quer dizer que a Câmara vai ter que injetar lá 750 mil euros. São 750 mil euros que vão contar para os fundos disponíveis, isto é, menos 750 mil euros de fundos disponíveis quando as contas estiverem fechadas que para já ainda não estão. São valores para já estimados, formalmente ainda não temos conhecimento exato disso. Isto tudo para que se tente perceber que até junho passado não se colocava a questão dos fundos disponíveis, havia só limitação em termos de dívida, não havia a Lei dos Compromissos, nunca havia problemas da Câmara mandar fazer a obra A ou B ou dar subsídio à coletividade A, B ou C, enquanto que nós agora estamos condicionados a isso, sob pena de termos responsabilidade particular. Ninguém está livre dela, quer nós os 4 quer os 3 vereadores da oposição, assim como no mandato anterior todas estas responsabilidades são solidárias por isso agora tudo o que possamos fazer tem que ser feito com muito cuidado e o que vamos tentar fazer neste primeiro ano é contenção total, cortes substanciais, tentar arranjar alguma receita extraordinária que possa



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

compensar isto de forma a tentarmos que este saldo de 3,5 milhões de euros seja cada vez menor e para que a imagem de São Pedro do Sul não esteja presente nas 30 e tal Câmaras que estão em situação pior e que faça com que andemos aqui sempre com inspeções. Espero que definitivamente esta questão dos fundos possa estar esclarecida que é para que não andemos sempre a falar no mesmo. Só mais uma questão que tem sido a florada que tem a ver com a auditoria. Nós também encomendámos uma auditoria a uma empresa privada, essa auditoria ainda não está concluída, porque o objetivo essencial dela foi que clarificasse alguns saldos que podiam não ser coincidentes com algumas entidades a quem devíamos dinheiro ou que essas entidades nos deviam. Ainda não está concluída porque algumas dessas entidades ainda não nos comunicaram os valores desses saldos a nós ou à empresa que o está a fazer mas acredito que em breve possa estar concluída. O Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD) fez a seguinte intervenção:” Sr. Vice-Presidente gostei da sua explicação e tenho que reconhecer exatamente esse mérito porque conseguiu explicar e nós conseguimos entender. Entretanto queria também voltar um pouco atrás quando abordou a questão da venda dos imóveis das escolas primárias. Não está em causa a venda, o que está em causa é o processo de venda, é isso que gostava de frisar. Quanto à Lei dos Compromissos eu gostei da explicação quando disse e até acredito na sua gestão, entretanto acabamos sempre por cair na lamúria, não saímos disso. Acredite que gostei, acredito em si que será um bom gestor, vamos ver até onde é que vai, eu neste momento dou a vantagem da sua gestão e da sua capacidade de dar a volta a isto. Entretanto continuo a referir e julgo que é tempo de pararmos com isto, é tempo de parar com as lamúrias, vamos pôr mãos à obra e vamos pôr isto a andar é o que nós pretendemos. Se não é nos 3 meses há-de ser no meio ano, num ano, vamos em frente e deixemo-nos de lamúrias.” O Deputado Municipal André Tiago dos Santos Matias de Almeida (PS) fez a seguinte intervenção: “Ainda bem que chegámos a este ponto porque isto no plano político podemos estar aqui sempre com subjetividade, mas no que toca a números isto nem há conversa. Sr. deputado eu entendo a sua intervenção sobre as lamúrias e voltar atrás, penso que compreende a gestão e a falta de gestão que o PSD fez nos últimos 12 anos no executivo camarário, eu não sei se o vice-presidente da Câmara e a sua equipa são bons ou mau gestores, no fim cá estaremos para atestar. Eu sei quem não é bom gestor, é quem fez uma gestão da Câmara Municipal nos últimos 12 anos e que a trouxe até aqui. E umas das perguntas que já trazia preparada para esta Assembleia é no sentido de saber, para informar os cidadãos e uma mais uma vez quero sublinhar que esta adstrição dos deputados municipais a um partido prende-se em 1.ª linha com o povo que o elegeu, e portanto as contas que eu quero prestar ao povo que me elegeu, e a todos os colegas deputados da Assembleia Municipal, têm que ver e têm que ser espelhadas em algumas respostas. 1.ª Pergunta, se me souber responder porque isto não tem que ser de âmbito direto e agora, a questão dos fundos negativos que a Câmara Municipal tem vem naturalmente da gestão anterior, sobre a questão dos 600 mil euros de adjudicações em tempos eleitorais nem vou falar senão entrávamos aqui e aí sim num ambiente crispado, esses fundos negativos advém de onde? A dívida total da Câmara, assumindo Termalstur, assumindo Câmara Municipal, e assumindo Planalto Beirão, totaliza-se aproximadamente em que valor? 3.ª Questão, relativamente à inspeção que neste momento decorre na Câmara Municipal, uma Câmara que apresenta estes resultados, era o que mais faltava se não houvesse um escrutínio direto de quem normalmente paga as dívidas que normalmente é do povo, do erário público e por consequência



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da Inspeção Geral de Finanças. E portanto a minha pergunta vai para o Sr. Vice-Presidente no sentido de saber, esta Inspeção Geral das finanças como é que se está a coadunar com a auditoria privada e se esse relatório de auditoria privada já concluiu alguma coisa relativamente à dívida que foi assumida nos últimos 4 anos, para não estarmos aqui a andar mais para trás, mas deixe-me dizer que tenho muita pena mas não vamos imiscuir esta Assembleia do debate daquilo que foi a dívida que nos trouxe até aqui, porque não queremos estar a encontrar culpados dos últimos 12 anos mas temos que saber os erros que foram cometidos para que eles sejam corrigidos. E isto é uma coisa que não vou permitir que aconteça, é que se fale em lamúrias quando se devia estar a falar em correção de erros, isto não são lamúrias. Aliás, sobre lamúrias deixe-me dizer que o Vice-Presidente da Câmara já disse aqui que reduziram substancialmente os fundos negativos, portanto isto não é nenhuma lamúria. As lamúrias era estarmos aqui a dizer que lamentamos muito mas ainda não há fundos, não conseguimos fazer nada porque o que a Câmara Municipal nos entregou foi uma Câmara Municipal na bancarota, que é exatamente isso que aconteceu.” O Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD) fez a seguinte intervenção: “O Sr. fala muito na gestão do anterior executivo, mas se andarmos para trás, e se recuarmos para a gestão do Partido Socialista, se nós recuarmos para saber exatamente quanto é que ficou para a gestão do PSD. Também é bom que saiba isso.” O Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço respondeu: “Se nós herdámos dívidas consolidadas na ordem dos 26 milhões de euros, eu penso que o PSD há 12 anos atrás herdou dívidas de 10 milhões de euros. Para finalizar a questão das escolas, nós registamos a sua preocupação em relação às vendas que possam surgir daqui para a frente, os senhores deram-nos aval para elas porque aprovaram o orçamento. Penso que até aí que estamos esclarecidos. Os senhores é que nos obrigam a falar do passado, eu vou dar um exemplo: São Martinho das Moitas tem uma IPSS que funciona muito bem, dá apoio aos idosos, a Câmara Municipal foi a primeira escola que vendeu no concelho foi a de São Martinho das Moitas, vendeu-a por 30 e tal mil euros a uma IPSS. Acha correto? Eu não acho. Uma IPSS que presta um serviço útil à população local de umas das freguesias mais isoladas do concelho, a Câmara arrecada ali 30 mil euros quando devia estar a ajudar uma IPSS que presta ali um serviço social indispensável. Os senhores nesta altura estavam na Assembleia e não disseram nada. Nós temos que olhar para trás para nos prepararmos para a frente. Agora devo dizer que não é pelo facto de termos herdado esta situação que não estamos a olhar para a frente. Se não estivéssemos a olhar para a frente não teríamos já em fase de adjudicação uma obra em concurso público, uma obra na ordem dos 500 mil euros, não estaríamos aqui já com alguns projetos em carteira para o próximo quadro comunitário, não estaríamos a preparar as Festas da Cidade, o Festival Gastronómico, entre outras atividades. Não estaríamos a reparar o Pavilhão Gimnodesportivo que vertia não sei quantos metros cúbicos de água por dia que era um consumo diabólico, não estaríamos a reparar o Pavilhão da Lameira onde chove lá dentro, não estaríamos na Pedreira a acabar os balneários que pese embora o facto terem custado quase 2 milhões de euros ainda estavam por acabar. Nós estamos a olhar para a frente, não estamos aqui a lamentar-nos. Se não estaríamos a dizer, como já aqui aconteceu, o estádio não foi obra nossa fica para trás. Nós não somos como o anterior executivo que como o Pavilhão Gimnodesportivo não era obra deles não se preocuparam com a situação degradada com baratas, a chover lá dentro, com fugas de gás, com chuveiros partidos, cheios de grafitis nas paredes, verdete nas paredes. Nós estamos a lamentar-nos disso e já deitámos mãos à obra, já estamos a



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

solucionar os problemas do Pavilhão e só lamento ainda não termos conseguido ir para o Pavilhão da Lameira porque chove lá dentro e é um perigo para as crianças e jovens que praticam lá desporto. Em relação ao que o deputado André Matias disse a inspeção de finanças não tem nada a ver com a auditoria particular que fizemos, quando ambas estiverem concluídas é que podemos ter valores concretos e foi para isso exatamente que nós contratámos a auditoria à KBMG, porque temos um conjunto de dúvidas em relação à dívida em temos de saldos com fornecedores e usou um exemplo interessante que tem a ver com o Planalto Beirão, e é por causa do Planalto Beirão que a auditoria ainda não está concluída, porque o Planalto Beirão tem uma dívida avultada, onde somos responsáveis pela nossa quota-parte. Há uma outra empresa associada ao Planalto Beirão que é o Eco-Beirão para o qual transitou parte da dívida. E esses dados ainda não chegaram à empresa de auditoria, após muita insistência nossa, e só depois de termos esses resultados é que podemos ter alguns dados mais concretos. Também devo dizer que acredito que a situação da auditoria tenha atrasado porque há 3 ou 4 consultoras de renome no País, uma delas a que contratámos, que foram contratadas nesta altura por uma série de Câmaras Municipais. Como sabem houve muitas mudanças nas Câmaras Municipais pelo País fora e todas essas empresas foram contratadas para fazer serviços de auditoria. Posso-vos dizer que a empresa que está a fazer a nossa auditoria está a fazer o mesmo à Câmara Municipal do Funchal, etalvez seja também por isso que o trabalho tenha atrasado. A Inspeção de Finanças não tem nada a ver com isso, numa fase inicial tem a ver sobretudo com a Lei dos Compromissos, e vamos aguardar.” O Deputado Municipal José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD) fez a seguinte intervenção: “Relativamente à situação de São Martinho das Moitas que foi falada e bem do apoio da IPSS, que a venda da escola à IPSS podia ter sido feita noutros moldes pelo executivo anterior, quero lembrar que também em Candal temos razões de sobra para termos preocupações sociais, a junta de freguesia referiu isso numa reunião em que esteve presente relativamente à venda das escolas com o Conselho Diretivo, e não foi por isso que reduziram a verba da venda da escola de Candal, sendo que para esse efeito era um anúncio e uma preocupação da junta de freguesia. Em todo o caso congratulo-me com a venda das escolas de Candal e da Coelheira ao Conselho Diretivo porque é uma instituição da freguesia. Relativamente à situação financeira e às correções que agora advém podem contar com o PSD para que, dentro das medidas daquilo que é responsável e razoável, ter essa ajuda e esse apoio para a correção das contas da Câmara Municipal. Não vamos fazer como o Partido Socialista faz a nível nacional que é assobiar para ao lado relativamente a uma herança que nos deixou bastante pesada.” O Presidente da Câmara Municipal respondeu:” Eu queria responder ao Presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal dizendo-lhe o seguinte: primeiro que as escolas foram vendidas não a uma IPSS mas a uma associação de compartes e depois o preço pelo qual foram vendidas foi o preço proposto por eles. É uma situação completamente diferente. Foi diferente de ser a Câmara a vender ao Centro Social de São Martinho das Moitas e Covas do Rio pelo preço que a Câmara Municipal impôs.”

3.2 – PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “BANCO LOCAL DE VOLUNTARIADO – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DAS NORMAS DE FUNCIONAMENTO”;-----



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Não tendo sido verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título.-----

3.3-“PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE INCENTIVO À NATALIDADE”, APRESENTADA PELO EXECUTIVO;-----

O Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS) fez uma análise dos resultados dos censos de 2001 e 2011 na região Dão-Lafões e no concelho de São Pedro do Sul, em particular no que se refere ao decréscimo da taxa de natalidade, e que uma das causas prováveis seria a falta de industrialização e conseqüente falta de empregabilidade, obrigando a população em idade ativa e reprodutiva a procurar emprego noutras regiões ou países. Assim, considera que a medida do executivo é um sinal claro e um primeiro passo para alteração desta realidade, dentro das limitações financeiras da Câmara Municipal. O Presidente da Câmara Municipal informou que este é um 1.º passo e que não é uma medida avulsa, uma vez que complementa o objetivo de construção do Parque Industrial de Pindelo dos Milagres. A Vereadora Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho deu os seguintes esclarecimentos: “Esta é uma medida de incentivo à natalidade em que é atribuído um subsídio mensal por cada criança nascida desde o dia 1 de janeiro de 2014 até 50,00€ durante o 1.º ano de vida. Eu digo até 50,00€ porque depende da apresentação dos recibos comprovativos em como gastaram a verba no comércio do concelho. E se não cria emprego, pelo menos defende o emprego existente, porque nós ao atribuímos este subsídio até 50,00€, estamos a ajudar as nossas lojas, o comércio local, a pelo menos obter mais fundos que aqueles que existem atualmente. É claro que isto não é a situação ideal, a ótima era poder decorrer nos 3 anos, era ser para todos, e era o que eu gostaria de apresentar. Como já foi aqui abordado hoje temos um grave problema financeiro que não nos permite fazer o alargamento desta medida a todas as crianças nascidas no concelho, não nos permite dizer que é durante os 3 primeiros anos como seria mais lógico, pelas razões apresentadas pela Sra. Deputada, no entanto temos que dar um 1.º passo, e eu penso que vamos dar este 1.º passo e pode ser que ao fim deste 1.º ano cheguemos à conclusão de que até temos condições para alargar, mas temos que dar o 1.º passo em alguma altura e é hoje que o estamos a dar. Por isso, de alguma forma não é o ótimo, mas também atualmente não temos condições para mais.” A Assembleia Municipal deliberou por **maioria**, com **20 votos a favor** dos deputados municipais Vítor Manuel Coelho Barros (PS), João Carlos de Oliveira Matias (PS), Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS), Maria de Lurdes Pinto Figueiredo Bragança (PS), André Tiago dos Santos Matias de Almeida (PS), António Augusto Ferreira Gomes (PS), José Carlos de Oliveira Duque (PS), Custódio Pinheiro da Rocha (PS), Rui Manuel Rodrigues dos Santos Almeida (PS), José Baltazar Cardoso Correia (PS), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Carlos Manuel Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), Manuel Cardoso Mamouros, Presidente da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres (PS), José Manuel Oliveira Lopes Moita, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), António Luís Dias Teixeira, Presidente da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PSD), José Vasco Paiva Martins, Presidente da União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio (PS), Alberto Arménio Paulino H. Almeida, Presidente da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS), António Rodrigues Ribeiro, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PS), José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD), Manuel Mouro Pinto,



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS), e **10 abstenções** dos deputados Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD), José Luís Gaspar Campos (PSD), Manuel Monteiro Casais (PSD), Maria Paula A. M. Carvalhas Correia dos Santos (PSD), António Lopes Ribeiro (PSD), Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD), Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), Mário António de Almeida (PSD), José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD), António Jorge Martins de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de São Félix (PSD), aprovar a Proposta de Regulamento Municipal de Incentivo à natalidade. A bancada do Partido Social Democrata apresentou a seguinte **Declaração de Voto**: “Tendo em conta os dados do último Censos, é uma evidência que o Concelho está a perder população e que a natalidade está aquém do que seria desejável. Neste contexto urge tomar medidas que invertam esta situação e a Câmara Municipal deverá gisar um programa integrado que incentive a fixação das pessoas no nosso concelho, nomeadamente medidas de captação de empresas que possam gerar postos de trabalho. Isso sim, serão verdadeiros incentivos à natalidade e não medidas avulsas que, apesar da sua bondade, não resolverão os verdadeiros problemas das pessoas. Por outro lado, entende o PSD que o facto do incentivo previsto no presente Regulamento ser atribuído apenas durante um ano, fica aquém das expectativas criadas aquando do anúncio da medida. Entende ainda o PSD que o Regulamento deveria ser alvo de reformulação profunda de modo a poder ajudar quem efetivamente precisa durante o período em que não existe uma resposta pública, ou seja, nos primeiros três anos de vida. Ao compreender as dificuldades das famílias na presente conjuntura socioeconómica, estaria o PSD recetivo a acompanhar uma proposta do Executivo que fosse um verdadeiro incentivo à natalidade, enquadrada num conjunto de medidas mais amplo de criação de condições à fixação das pessoas no Concelho. Tal não se verificando de momento, o PSD abstém-se na respetiva votação, esperando que o Executivo comece a olhar para estas questões de uma forma mais integrada, de modo a serem atingidos plenamente os objetivos que são do interesse de todos.” -----

3.4 – “PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS”, APRESENTADA PELO EXECUTIVO;-----

A Deputada Municipal Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD) fez a seguinte intervenção:” Até agora tivemos a discutir o apoio à família numa 1.ª fase e agora neste ponto estamos no final do ciclo, no momento em que os jovens vão entrar no Ensino Superior. E continuamos com medidas de apoio à família e aqui o PSD acompanha esta proposta porque o momento em que os filhos vão para a Universidade é talvez o momento mais difícil na vida das famílias. À medida que a idade vai avançando os problemas e as despesas também vão aumentando e este momento é uma sobrecarga muito grande para as famílias, e no momento em que vivemos grandes dificuldades financeiras no País, em que as famílias estão com os seus orçamentos perfeitamente estrangulados, esta situação é tremendamente difícil. Portanto é um apoio significativo, é importante que se premeie o mérito, o Regulamento está claro embora haja aqui uma questão para a qual queria só chamar a atenção, e também esclarecer: no art.º 1.º referente ao objeto, fala-se que este apoio é para aqueles jovens que frequentem estabelecimentos de ensino superior no território nacional com vista à obtenção do grau académico de licenciado. Eu percebo o que aqui está, é o patamar e a partir daí quem quiser



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

prosseguir os estudos já o poderá fazer de uma forma mais autónoma mas eu chamo a atenção para o facto de que há cursos, sobretudo os da área da saúde que não têm grau de licenciado, e portanto ou isto está contemplado e se supõe que os mestrados integrados estão aqui incluídos, ou então estamos a excluir os alunos que por exemplo queiram ir para medicina ou ciências farmacêuticas, porque pelo menos nestes cursos o grau de licenciatura não existe. Portanto era só para alertar para essa situação que talvez em termos de redação se possa acrescentar licenciatura/mestrado integrado porque de facto esses alunos nesses cursos não têm hipótese de sair com o grau de licenciado. A parte burocrática relativamente às regras que têm de ser cumpridas também nos parece extensa mas também sabemos que quem recorre a bolsas nas instituições de ensino superior tem de passar por um calvário de documentação, é um processo extremamente burocratizado e eu penso que aqui também seguiram os modelos das instituições públicas, portanto a situação também tem que ser mesmo assim.” O Deputado Municipal João Carlos de Oliveira Matias (PS) agradeceu ao executivo por contribuir para uma economia social, atribuindo bolsas de estudo a estudantes universitários, uma vez que o abandono escolar tem aumentado devido à falta de condições económicas, vindo esta proposta tentar minorar estes problemas. O Deputado Municipal José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD) sugeriu que quer o subsídio de natalidade, quer a bolsa de estudo a jovens universitários fossem atribuídos de forma descentralizada, com um valor diferente para as freguesias mais afastadas do centro, como por exemplo Manhouce ou Candal e outro valor para a cidade, uma vez que mesmo dentro do concelho há muito êxodo das freguesias mais distantes para o centro. O Presidente da Câmara Municipal respondeu afirmando que o concelho é só um, uno e indivisível e que fazer essa distinção também obrigava a fazer outras distinções ao nível do preço da água ou do saneamento, e por isso essa sugestão não fazia sentido, pois o importante era dar as mesmas condições a todo o concelho. O Deputado Municipal André Tiago dos Santos Matias de Almeida (PS) parabenizou o executivo por esta iniciativa, porque apesar de ser uma proposta que apresenta custos é um investimento no futuro. Propôs uma alteração no Regulamento, no art.º 2.º, alínea a), onde diz”...estabelecimentos de ensino superior que ministram cursos aos quais sejam conferidos graus de ensino homologados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior...”, alterar para ...”homologados pela tutela...”. Propôs ainda que a alínea f) do art.º 6.º onde diz que uma das condições de candidatura seja não ser bolseiro de outros organismos e entidades, seja anulado ou acrescentada uma vírgula, uma vez que um estudante que auferir uma bolsa de baixo valor por não ter documentação que se enquadre no Regulamento Geral da atribuição de Bolsas de Estudo, não se pode candidatar a bolsas do município. A Vereadora Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho deu os seguintes esclarecimentos: “Vou começar pela sugestão apresentada pelo Presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal e vou lançar o repto às juntas de freguesia que o complementem porque nós não temos capacidade para mais e sendo assim acho que até era muito interessante vocês poderem complementar este nosso primeiro passo na natalidade como na atribuição das bolsas de estudo, e não estou a dizer que tenha de ser em apoio monetário, pode ser de outra forma. Eu até acho que era interessante vocês apresentarem alguma criatividade nestes 2 assuntos referidos, por isso aceito a sugestão e lanço um repto diferente. Relativamente à atribuição de bolsas, e após reunião, já tínhamos dado conta deste pormenor das licenciaturas, por isso vamos alterar ou com mestrado integrado obrigatório para



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

obtenção do diploma, porque há cursos que tem de ser mesmo com o mestrado integrado, por isso acho que a sugestão é bem-vinda. Também vou referir algo que demos conta e ainda não foi aqui falado que foi no art.º 2.º alínea a) que refere Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, que há um erro aqui porque agora é Ministério da Educação e da Ciência e propunha que se pusesse a designação “tutela”. Relativamente à outra sugestão que era do art.º 6.º alínea f), a ideia era irmos buscar a franja logo a seguir aos que obtém a bolsa da tutela e que tendo dificuldades não conseguem ir para a universidade porque não têm dinheiro, ou seja, aqueles que se candidataram, não conseguiram obter qualquer bolsa e no entanto não conseguem frequentar o ensino superior. 2.ª Questão, não vamos conseguir ajudar todos os jovens que precisem e queiram ir para a universidade. Vamos ter que limitar, vamos ter que atribuir estas bolsas a um certo número. Mediante os fundos disponíveis, iremos definir no verão, quantas bolsas vamos atribuir, ou seja se temos aqui em conta que a graduação ou ordenamento dos bolseiros vai ser 1.º a melhor aproveitamento escolar, 2.º o menor rendimento *per capita*, e em 3.º a menor idade do concorrente, se atribuirmos, por hipótese, 4 bolsas, provavelmente não vamos apanhar as bolsas dos jovens que concorreram à universidade e têm 90€, se calhar não vão ser essas que vão ter o menor rendimento *per capita* no nosso concelho tendo em conta estes critérios. Podemos fazer essa alteração, ou colocar “complementar bolsas atribuídas pela tutela até ao valor x”, no entanto eu temo, porque não temos a hipótese de abrir isto a todas as pessoas que se candidatem, vamos ter que limitar, não iremos apanhar essa franja. É isso que estava a tentar exemplificar. Podemos de qualquer maneira, e aceito a sugestão, não eliminava a linha, deixava-a ficar, e teríamos que arranjar aqui um meio termo, ou complementar até x valor, que depende dos fundos disponíveis.” Não tendo sido verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título. -----

3.5 – “PROPOSTA DE REGULAMENTO PARA A ORGANIZAÇÃO E PROMOÇÃO DE PERCURSOS PEDESTRES”, APRESENTADA PELO EXECUTIVO; -----

A Deputada Municipal Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD) parabenizou o executivo pela elaboração deste regulamento, no entanto considera que deveria ser elaborada informação através de placards informativos que descrevam a fauna e a flora existente e a classificação que tem pela União Europeia, nomeadamente nas zonas Rede Natura 2000. Referiu ainda que a Serra precisa de mais investimento em termos de património natural, nomeadamente na área classificada. Considerando que ainda há muito trabalho a fazer declarou que o sentido de voto da bancada do PSD era o da abstenção. O Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço respondeu que concorda com o que foi dito mas referiu que nos últimos 4 anos nada foi feito, e agora em 3 meses de mandato já foi criado o Regulamento. É o 1.º passo, ainda há muito para fazer, há zonas da Serra que têm de ser valorizadas e promovidas. Cada vez é mais necessário trabalhar em rede, havendo um grupo de municípios que fazem parte da ADRIMAG que tem um projeto que são as “Montanhas Mágicas”, no âmbito da Carta Europeia Sustentável, e agora têm que ser criados projetos comuns para valorizar a serra. Em relação à fauna e à flora, já está a ser feito pela ADRIMAG uma rota que se chama da “Rota da Água e da Pedra” que serve essencialmente para sinalizar e divulgar com placards alguns pontos de atração. A Assembleia Municipal deliberou por **maioria**, com **18 votos a favor** dos deputados municipais Vítor Manuel Coelho Barros (PS), João Carlos de Oliveira Matias (PS), Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS),



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Maria de Lurdes Pinto Figueiredo Bragança (PS), André Tiago dos Santos Matias de Almeida (PS), António Augusto Ferreira Gomes (PS), José Carlos de Oliveira Duque (PS), Custódio Pinheiro da Rocha (PS), Rui Manuel Rodrigues dos Santos Almeida (PS), José Baltazar Cardoso Correia (PS), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Carlos Manuel Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), Manuel Cardoso Mamouros, Presidente da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres (PS), José Manuel Oliveira Lopes Moita, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), José Vasco Paiva Martins, Presidente da União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio (PS), Alberto Arménio Paulino H. Almeida, Presidente da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS), António Rodrigues Ribeiro, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PS), Manuel Mouro Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS), e **10 abstenções** dos deputados Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD), José Luís Gaspar Campos (PSD), Manuel Monteiro Casais (PSD), Maria Paula A. M. Carvalhas Correia dos Santos (PSD), António Lopes Ribeiro (PSD), Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD), Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), Mário António de Almeida (PSD), José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD), António Luís Dias Teixeira, Presidente da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PSD), António Jorge Martins de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de São Félix (PSD), José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD) aprovar a proposta mencionada em título.-----

3.6 – “PROPOSTA DE INDICAÇÃO DE REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL”, APRESENTADA PELO EXECUTIVO;-----

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou proposta escrita, nos seguintes termos, passando a constar como Lista A para efeitos de votação:

- António Augusto Ferreira Gomes (efetivo);
- Custódio Pinheiro da Rocha (suplente).

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata apresentou proposta escrita nos seguintes termos, passando a constar como Lista B para efeitos de votação:

- Manuel Monteiro Casais (efetivo);
- António Lopes Ribeiro (suplente).

De seguida passou-se à votação das propostas apresentadas, por escrutínio secreto, tendo-se verificado a seguinte votação:

- Lista A – 18 (dezoito) votos
- Lista B – 12 (doze) votos

Perante a votação, ficou eleito para representante na comissão de acompanhamento da revisão do Plano Diretor Municipal de São Pedro do Sul:

- António Augusto Ferreira Gomes (efetivo) e Custódio Pinheiro da Rocha (suplente).

3.7 – “PROPOSTA RESPEITANTE AO REFORÇO DAS ATRIBUIÇÕES DAS JUNTAS DE FREGUESIA, RESULTANTE DA NOVA LEI DAS AUTARQUIAS LOCAIS”, APRESENTADA PELO EXECUTIVO;-----



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Presidente da Câmara Municipal fez a seguinte intervenção: “No ponto anterior falámos sobre PDM, isto para dizer que realmente a Câmara Municipal em 3 meses está a trabalhar, ou seja, passados 19 anos a Câmara Municipal está a mexer no PDM. Como vocês sabem é um ponto muito importante para, principalmente, o meio rural, para a freguesia de Manhouce e para todas as nossas freguesias rurais. É claro que isto é um processo que se vai arrastar por um ano e meio, dois anos, mas efetivamente demos o primeiro passo. E isto faz com que pessoas aqui da freguesia, e estou a pensar na situação concreta de Vilarinho, Manhouce, em que existem casas junto à estrada e depois num terreno que está no meio uma pessoa quis construir e não pôde. E são estas situações que vamos resolver para que as pessoas na freguesia de Manhouce e nas outras freguesias rurais possam efetivamente construir onde os seus pais têm o terreno. Falando no ponto concreto em questão, queria dizer-vos que com uma nova Lei que entrou em vigor em outubro do ano passado, mais ou menos na altura das eleições, o Estado transferiu novas competências para as juntas de freguesia. E o que acontece é que transferiu as competências mas não transferiu as verbas ou seja, as juntas de freguesia passam a ter responsabilidades no que diz respeito a casas-de-banho públicas, jardins públicos, e outras, só que na verdade as juntas de freguesia não têm condições para poderem fazer essa manutenção. O que pretendemos com esta proposta é que a Câmara Municipal se substitua às juntas de freguesia até que as juntas de freguesia achem por bem serem elas a tratar dos pontos que constam neste Decreto-Lei e nós nessa altura faremos a transferência para essas juntas de freguesia. Ou seja, a Câmara Municipal continua a fazer o que já fazia, com os custos para a Câmara Municipal, evitando os custos para as juntas de freguesia. A partir do momento em que cada junta de freguesia por si queira ficar com esses cuidados no que diz respeito a esses pontos passamos imediatamente para as juntas de freguesia essas competências.” O Deputado Municipal Manuel Monteiro Casais (PSD) referiu que deviam ser atribuídas verbas através da Câmara Municipal para as juntas de freguesia poderem assumir as responsabilidades que a Lei lhes compete. O Deputado Municipal António Luís Dias Teixeira, Presidente da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PSD) informou que no caso da sua freguesia são eles que têm estas responsabilidades e por isso solicitava que a União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões fosse incluída, uma vez que os fundos que agora têm vão ser canalizados para a obra da Casa do Povo de Santa Cruz da Trapa. O Presidente da Câmara Municipal respondeu às intervenções: “Sr. Deputado Manuel Casais o Governo que está em Lisboa decide o que quer, e hoje também vão sair com um diploma em que vão dizer que cada freguesia vai ter uma avioneta para ir para Lisboa, e agora a Câmara vai ter que pagar essa avioneta. Os Srs. que estão em Lisboa legislam como querem e a Câmara Municipal é que tem que tapar os buracos daquilo que o Governo faz. Acha bem? O que estamos aqui a fazer é fazer aquilo que já fazíamos antes, substituindo-nos à junta de freguesia até que um dia a Câmara Municipal possa ter fundos para ajudar a pagar nas freguesias aquilo que agora é competência das freguesias. Porque não é por estarem em Lisboa e legislarem aquilo que muito bem entendem que depois aqui na prática no terreno não se vai sentir. É muito bonito estar em Lisboa nos gabinetes sem conhecer Manhouce e sem conhecer as nossas aldeias. O que o Presidente da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões disse tem muita razão, e só não será ajudado se realmente não for possível, e é isso que iremos fazer em relação a todas as juntas de freguesia. Isto é fazer aquilo que já fazíamos antes sem estar a imputar despesas para as



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

juntas de freguesia.” Não tendo sido verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título.----

O Presidente da Assembleia Municipal propôs a aprovação, em minuta, dos pontos 3.2 ao ponto 3.7, tendo os membros da Assembleia Municipal concordado, por unanimidade.

De seguida o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a presente sessão, quando eram 14h15, dela se lavrando a presente ata que vai ser assinada, nos termos legais, pelo Presidente e pelos Secretários da Mesa.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

OS SECRETÁRIOS,